

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO SEMIÁRIDO  
NORDESTINO**

**ELIENER DANTAS DE AMORIM**

**LUTAS SOCIAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO:  
CONFORMISMO E RESISTÊNCIA EM BOM JESUS – PB  
(1910-1950)**

---

**Cajazeiras – PB**

**2011**

---

**ELIENER DANTAS DE AMORIM**

**LUTAS SOCIAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO:  
CONFORMISMO E RESISTÊNCIA EM BOM JESUS – PB  
(1910-1950)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Semiárido Nordeste, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordeste.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

Cajazeiras – PB  
2011



Dados Internacionais de Catalogação – na – publicação – (CIP)

Denize Santos Saraiva Lourenço – Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

A524r AMORIM, Eliener Dantas de  
Relações sociais no alto sertão paraibano:  
conformismo e resistência em Bom Jesus(1910-1950) /  
Eliener Dantas de Amorim. Cajazeiras, 2011.  
80f. : il.

Orientador: Josias de Castro Galvão.  
Monografia (Especialização) UFCG/CFP

1.Exploração camponesa.  
2.Luta de classes – conformismo e resistência – Sertão  
– Paraíba . I. Galvão, Josias de Castro. II.Título.

UFCG/BS CDU – 316.482.3

**ELIENER DANTAS DE AMORIM**

**LUTAS SOCIAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO:  
CONFORMISMO E RESISTÊNCIA EM BOM JESUS – PB  
(1910-1950)**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordeste, aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização em História do Semiárido Nordeste da Universidade Federal de Campina Grande.

Cajazeiras, 21 de Setembro de 2011

*Josias de Castro Galvão*

---

Professor Dr. Josias de Castro Galvão, Orientador.  
Universidade Federal de Campina Grande

*Maria Lucinete Fortunato*

---

Professora Dr<sup>a</sup> Maria Lucinete Fortunato.  
Universidade Federal de Campina Grande

*Rosilene Alves de Melo*

---

Professora Ms<sup>a</sup> Rosilene Alves de Melo.  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Professor Dr. Rodrigo Ceballos (suplente)  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Professor Ms. Francinaldo Bandeira de Souza (suplente)  
Universidade Federal de Campina Grande

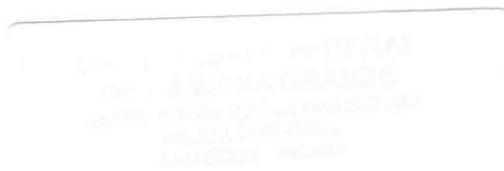
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BIBLIOTECA SETORIAL  
CAJAZEIRAS PARAIBA

Dedico este trabalho aos meus pais Antônio e Marilda, exemplos vivos de resistência e superação sertaneja. À minha inseparável companheira Michelly. Aos meus queridos Irmãos e demais familiares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
ECONOMIA  
ECONOMIA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai de tudo e de todos. Agradeço também ao Professor Dr. Josias de Castro Galvão, orientador paciente e sábio esclarecedor nas suas conversas. Aos professores do curso Dr<sup>a</sup> Lucinete Fortunato, Dr. Osmar Luiz, Ms. Izamarç Gonçalves, Ms<sup>a</sup>. Viviane Gomes, ao professor e coordenador Dr. Rodrigo Ceballos que durante as vezes que precisei me ausentar para tratamento de saúde foi compreensível e me concedeu a oportunidade de estar concluindo este trabalho. Agradeço a Michelly por manter-me firme e confiante nos momentos difíceis. Agradeço ao companheiro de debates acadêmicos Renato dos Santos. Agradeço mais uma vez a todos os meus familiares pelo suporte financeiro e emocional que me deram. Enfim, todos aqueles que contribuíram direto e indiretamente para que esse trabalho pudesse ser realizado, sintam-se agradecidos por mim.



“De tanto ver triunfar as nulidades,  
de tanto ver prosperar a desonra,  
de tanto ver crescer a injustiça,  
de tanto ver agigantarem-se os  
poderes nas mão dos maus,  
o homem chega a desanimar  
da virtude, rir-se da honra,  
a ter vergonha de ser honesto...”

Rui Barbosa

## RESUMO

O presente trabalho pretende resgatar as questões que envolvem a exploração de trabalhadores no campo, tendo como pano de fundo as relações de trabalho durante a produção de algodão na cidade de Bom Jesus-PB (1910-1950). Observamos o cotidiano da vida camponesa no referido recorte espaço/temporal com o objetivo de mostrar a exploração no campo, revelar as táticas de resistência durante a luta de classes e algumas formas de conformação desenvolvidas no capitalismo agrário. Como procedimentos metodológicos foram realizadas leituras referentes à temática, levantamentos de dados em fontes primárias através de livro e anotações para controle de compra e venda de algodão, gêneros agrícolas para subsistência das famílias, entrevistas informais e aplicação de questionários abertos como garantia das fontes orais.

Palavras - chave: Sertão 1. Resistência 2. Luta de Classes 3.

## ABSTRACT

This work intends to rescue the questions that involved the exploration of workers in the field, having as background the working relationship during the production of cotton in the town of Bom Jesus - PB (1910 – 1950). We observe the daily life of peasant life in the cutting space/time mentioned above with the objective of show the exploration in the field, revealing the tactics of resistance during the struggle of the class and some forms of conformation observed in agrarian capitalism. The methodological procedures involved were performed readings related to thematic, collection of data on primary sources through the book and notes to control the buying and sale of cotton, genres for subsistence farming families, informal interviews and questionnaires as collateral for open oral sources.

Keywords: Sertão 1. Resistance 2. Class and some 3.

## LISTA DE ABREVIATURAS

|         |   |
|---------|---|
| SUDENE- | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste     |
| DNOCS-  | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas      |
| IFOCS-  | Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas         |
| INCRA-  | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IBGE-   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística     |
| CPT-    | Comissão Pastoral da Terra                          |
| PCB-    | Partido Comunista Brasileiro                        |

## LISTA DE TABELAS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>TABELA 01 – Produção de Algodão dos Estados Brasileiros - Ano 1916 .....</b> | <b>44</b> |
|---|-----------|

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 12 |
| 2. CAPÍTULO I. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO E<br>FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO ..... | 16 |
| 1.1. Território .....   | 16 |
| 1.2 Alguns Conceitos de Região .....  | 19 |
| 1.3 Definição de Lugar .....  | 22 |
| 1.4 Formação Econômica e Territorial da Paraíba: Litoral, Agreste, Brejo e Sertão ..              | 23 |
| 1.4.1. Plantadores <i>versus</i> criadores: a ocupação do Sertão paraibano .....                  | 26 |
| 1.4.2. Pecuária e Algodão: um consórcio quase perfeito .....                                      | 29 |
| 3. CAPÍTULO II. ASPECTOS AGRÁRIOS DA PARAÍBA: AS DÉCADAS INICIAIS<br>DO SÉCULO XX.....            | 34 |
| 2.1 Transformação da Produção na Paraíba .....  | 37 |
| 4. CAPÍTULO III. LUTAS CAMPONESAS NO SERTÃO PARAIBANO: Trabalho e<br>terra em bom jesus.....      | 46 |
| 3.1 Conformismo e resistência no campo .....  | 51 |
| 3.2 Relações de Trabalho no Campo: A produção de algodão no município de Bom<br>Jesus.....        | 56 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 64 |
| 6. REFERÊNCIAS .....  | 66 |
| 7. ANEXOS .....   | 68 |
| ANEXO – A. Questionário aberto .....  | 68 |
| ANEXO – B. Ficha de filiação do Sindicato Rural de Cajazeiras .....                               | 69 |

## Introdução

A iniciativa de realizar esse trabalho foi fundamentada na ânsia de ver um sonho antigo se efetivar. O sonho de trazer à tona algumas características da produção algodoeira, que necessitavam de novos olhares.

Quando, em 1982, no decorrer de mais uma seca registrada na Região do Alto Sertão paraibano, na época ainda criança, tive a oportunidade de começar a vivenciar os primeiros capítulos da triste realidade sertaneja.

No limiar da seca que avançava, muitas famílias se desestruturavam e acabavam perdendo os membros masculinos para os centros urbanos mais desenvolvidos. Essa era uma característica muito comum na Região do Alto Sertão paraibano, no decorrer de quase todo século XX. Embora eu ainda fosse criança, mas pude perceber que nem todas as famílias padeciam com o fenômeno natural (a seca) que era apontado como causador daquele sofrimento.

O exemplo mais claro que tenho desse fator de disparidade entre os núcleos familiares durante a convivência com as intempéries climáticas é da minha própria família. Só para se ter uma idéia o quanto as famílias se desestruturavam, meu pai viajou, entre as décadas de 1950 e 1980, mais de dez vezes para a cidade de São Paulo. Tudo isso ocorria nos períodos de maior dificuldade na Região sertaneja.

Porém, esse não foi o fator mais relevante para o nosso questionamento e conseqüentemente o interesse por esse tema. Conforme citado anteriormente, durante a seca de 1982, nas chamadas “bocas de noite”, sentávamos na calçada do terreiro para ouvir as “histórias de tempos passados”. Esse tempo, na verdade, era o período áureo da Fazenda Aroeira, que na época era grande produtora de algodão.

Os relatos dos familiares da minha mãe não correspondiam aos proferidos pelos do meu pai. Na verdade, parecia que estavam falando de lugares e períodos diferentes. Isso talvez tenha sido um dos principais fatores que acabaram nos levando por esse caminho (iniciar a pesquisa sobre o ciclo do algodão no Sertão paraibano). As “histórias de tempos passados” que meus avós e outros membros da pequena comunidade descreviam não se equivaliam no sentido de relatarem as mesmas dificuldades, os mesmos sofrimentos, a mesma visão sobre o padrão, enfim uma infinidade de relatos que se distanciavam uns dos outros.

Algum tempo depois, durante a adolescência, ouvia o professor de história fazer algumas contextualizações entre a história dos livros didáticos e algo vivido no lugarejo: “Que existiram coronéis”, “que exploravam os camponeses”, “que muitos não tinham para onde ir”, “que eram pacatos, humildes e submissos”, Tudo isso parecia desconecto.

Durante a graduação experimentamos escrever um livro que pudesse resgatar aqueles “tempos” vividos pelos meus avós. Mas a dúvida era, qual dos relatos deveria seguir? Qual dos “tempos” era o verdadeiro? Posteriormente, com o amadurecimento acadêmico - embora o projeto do livro não tenha vingado naquele momento - percebemos que os relatos dos moradores de Bom Jesus-PB, antiga Fazenda Aroeira, necessitavam ser ouvidos mais rápidos possíveis e serem vistos por outros olhares.

Cada relato tinha sua razão de ser, cada discurso tinha sua intenção ou contexto que acabou levando-o àquela forma diferente de ser proferido. Não eram tempos e lugares diferentes, mas o contexto social vivido por cada um daqueles moradores não era similar.

Talvez esses relatos tenham sido o principal componente para que pudéssemos questionar esse descompasso nas falas dos moradores. E que hoje estão ganhando corpo nesse trabalho.

A princípio, o projeto inicial dessa pesquisa era querer saber, “por que motivos os pequenos produtores de algodão não melhoraram suas condições econômicas, sociais e de vida em geral, numa época cuja produção de algodão gerava tantas riquezas?” Porém, com as leituras feitas durante o curso e com as dicas do professor Dr. Rodrigo Ceballos, percebi que a pesquisa estava me levando para outro questionamento. Assim, através de uma abordagem preliminar, em conversas informais com alguns camponeses, observamos que os mesmos tinham muito a falar sobre aqueles “tempos”. Aqueles camponeses ansiavam em mostrar os motivos que os levaram a praticar determinados atos, como por exemplo: porque não conseguiram estudar; porque não melhoraram de vida enquanto os proprietários de terra conseguiram construir verdadeiros impérios; por que se mantiveram conformados em algumas situações e como reagiam diante da exploração. Foi, então, de acordo essas conversas preliminares que pensamos em realizar a pesquisa direcionada para a seguinte problemática: “sabendo que era comum a exploração de camponeses no alto Sertão paraibano durante as décadas iniciais do

século XX, será que os explorados desenvolveram alguma forma de resistência ou mantiveram-se conformados?” Esse questionamento passaria a ser a nossa busca na presente pesquisa.

Vale esclarecer que a presente pesquisa não pretende esgotar as discussões a respeito da produção de algodão na Fazenda Aroeira nas primeiras décadas do século XX. Pois, para nós, já será bastante satisfatório se essa pequena pesquisa puder contribuir com a história local. Que ela possa instigar o senso críticos de outros jovens e que seja o início de muitos trabalhos que pretendemos realizar.

Portanto, o nosso objetivo geral é contribuir com a história local, uma vez que não dispomos ainda de trabalhos mais elaborados sobre a luta de classes na referida cidade de Bom Jesus.

Especificamente, alguns objetivos poderão ser alcançados com esse trabalho, tanto a contribuição como fonte histórica para outras pesquisas como também a construção de uma história local.

De acordo com Marx a exploração do homem pelo homem é intrínseca ao sistema capitalista e, por isso, capaz de revelar tanto a resistência como a conformação. Desta forma, o modelo de produção capitalista poderá nos fornecer um suporte bastante claro das relações sociais na Paraíba durante a fase de transformação e modernização da produção agrícola no Estado. E assim, a partir dessas relações sociais, das lutas de classes, podemos tentar esclarecer alguns questionamentos sobre a exploração, a resistência e o conformismo no Sertão paraibano

O nosso espaço para a pesquisa será a cidade de Bom Jesus-PB, na época ainda como Fazenda Aroeira. Como recorte temporal, tomamos o período que compreende as primeiras décadas do século XX (1910-1920), tendo como cenário, a produção de algodão e criação de gado na referida fazenda. Esse período foi escolhido por anteceder as formas de resistência organizadas da segunda metade do século XX (As Ligas Camponesas e outras).

Vale esclarecer que os dois primeiros capítulos não terão preocupação com o referido recorte temporal uma vez que, para se entender o contexto mais recente da produção e ocupação dos espaços, se fez necessário buscar períodos fora do contexto

em estudo e assim em muitas oportunidades transitaremos entre os períodos que antecedem e sucedem ao recorte proposto.

No primeiro capítulo, procuramos abordar de forma bastante sucinta a formação e evolução do território brasileiro. Nessa fase preliminar, discutimos através de alguns teóricos os conceitos que elaboram a formação de um Território, Região e a categoria de lugar. Será uma abordagem bastante genérica, tanto nas questões que encerram a formação de um Território como as que definem a Região. Pois, de acordo com o que pretendemos mostrar através da pesquisa que realizamos, se faz necessário apresentar algumas características do Território brasileiro e da Região sertaneja, assim o entendimento de questões locais poderão ser favorecidos. No decorrer do próprio capítulo, estaremos apresentando as nossas considerações que explicam a necessidade de definição dos conceitos de Território e Região.

Já a abordagem da formação econômica da Paraíba será muito extensa quando mostrado as sub-regiões do Estado. Iremos nos deter com maior vigor ao Sertão da Paraíba, uma vez que, esse local é o palco da nossa discussão que envolve a trama social e as estratégias dos atores sociais.

Na abordagem do segundo capítulo, iremos abordar os aspectos agrários da Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Essa abordagem irá favorecer o entendimento das questões agrárias no Estado. O segundo tópico do segundo capítulo será essencial para ampliar o conhecimento a cerca da estrutura fundiária na Sub-Região sertaneja. Entender também alguns fatores da luta de classes no campo e os fatores que favoreceram e dificultaram a transformação do modo de produzir no Estado.

O último capítulo irá mostrar os modelos de resistência mais tradicionais e conhecidos, as Ligas Camponesas organizadas, divulgadas pela mídia, transformadas em modelo de resistência, luta pela terra e pelos direitos no campo. A partir do modelo de resistência apresentada as - Ligas Camponesas - poderá ser confrontada com a nossa pesquisa e tentar retirar as considerações a cerca da nossa proposta.

## I – CAPÍTULO

### BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Antes de iniciarmos a apresentação que pretende situar o leitor sobre as categorias espaciais a seguir (Território, Região e Lugar), gostaríamos de esclarecer que não iremos aprofundar a discussão teórica sobre essas categorias de espaço em virtude de serem apenas caminho e suporte para se chegar ao espaço local e melhor compreender o contexto social proposto. Por enquanto, contenta-nos, nesse primeiro capítulo, apresentar de forma bastante genérica as categorias de espaço: “Território, Região e Lugar”, e com isso entender um pouco mais sobre a constituição do espaço brasileiro nas suas três categorias espaciais. Já no segundo item desse primeiro capítulo iremos discutir as categorias que estão relacionadas ao tempo, pois, a formação histórica das elites brasileira, nordestina, paraibana e sertaneja, como também, o processo que gestou as classes trabalhadoras no campo, são de fundamental importância para discutir e compreender as partes seguintes dessa pesquisa.

Outra questão que merece ser explicada é quanto ao recorte temporal da formação do Território brasileiro. Nesta apresentação inicial pretendemos mostrar alguns fatores econômicos, sociais e políticos que ajudaram a transformar o espaço natural em um Território socialmente modificado e politicamente institucionalizado. Assim, para nós, ao retirarmos um dado recorte de tempo para trabalhar a formação do território brasileiro, poderíamos correr o risco de não mencionar a heterogeneidade das regiões que constituem o nosso país. Lembrando que apenas nessa primeira parte desse primeiro capítulo não tomaremos o cuidado com essa fração de tempo.

#### 1.1 Território

O Território enquanto categoria de espaço é, pois, uma forma de demarcação dos limites de ação e defesa de uma sociedade, determinados por critérios diversos, principalmente políticos.

Segundo Friedrich Ratzel, “a organização de uma sociedade depende estritamente da natureza de seu solo, de sua situação, o conhecimento da natureza física do país, suas vantagens e desvantagens pertence a história política”(RATZEL, 1899: 46), sendo que, essas “*vantagens e desvantagens*” passam a ser os significados e demarcadores do território enquanto espaço de atuação política. Por outro lado, quando a população de um Território passa a preocupar-se com as questões de ordem interna, uma vez que a fase de defesa coletiva do Território já foi superada ocorre, pois, um momento de produção de riquezas que se efetivará na exploração e transformação desses recursos em poder particular ou manutenção desse poder em favor de um grupo.

(...) Como já ocorre desde a formação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder. (HEIDRICH, 1998: 128).

Analisando essa espacialidade que é o Território, Castro (1992) conceitua-o como sendo fruto da ação política e unidade geográfica demarcada pelo condicionante espacial e territorial da ação social.

A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Assim, o território é uma unidade geográfica, mas é também, uma unidade social e uma unidade política. (CASTRO, 1992: 29)

No Brasil, por exemplo, a defesa do então Território da colônia portuguesa só aconteceu mediante a possibilidade de invasão e a ocupação do dito Território por outras nações européias.

Desta forma, o Território brasileiro foi construído historicamente pela ação direta do Estado Português, utilizando um mecanismo que ficou conhecido como “fiscalismo”, Portugal não dispondo de recursos financeiros nem humanos para efetivar um empreendimento diferente, naquele momento, utilizou o mais viável econômico e politicamente, o fiscal. Com isso, a cobrança de impostos pela extração e saída de produtos da colônia se tornou a medida mais prática para arrecadar sem ter que fazer grandes investimentos. Só assim o negócio que no momento inicial foi pouco rendoso se transformou num grande empreendimento econômico para a coroa portuguesa, quando as primeiras exportações de produtos agrícolas começam a ser feitas para a Europa.

O açúcar se transformou no produto de maior destaque na economia colonial principalmente nas áreas litorâneas do nordeste brasileiro. A área litorânea da colônia passou a ser bem mais vistoriada, principalmente as praias nordestinãs. As decisões econômicas e políticas giravam em torno daquela Região.

Durante a atividade agrícola açucareira o território brasileiro ficou praticamente restrito às áreas litorâneas, isso por que não havia interesse português em fazer grandes investimentos, e aquele tipo de produto agrícola tinha encontrado no solo de massapé as características propícias às suas necessidades biológicas. A interiorização da colônia ocorre, de forma inicial, através da busca por mão-de-obra escrava indígena e africana, fugitiva do trabalho compulsório, como também as entradas sentido interior em busca de metais preciosos, drogas do Sertão ou qualquer outro produto que viesse substituir a decadente cana-de-açúcar para assegurar a economia e os privilégios da nobreza portuguesa.

Porém, com a crise de meados do séc. XVII, desencadeada pela emergente atividade açucareira dos holandeses nas Antilhas, ocorre uma nova (re) configuração do espaço econômico e social brasileiro.

Concomitante à queda da importância na atividade açucareira é o surgimento da atividade mineradora na região sudeste do país. Com essa nova atividade ocorre um

deslocamento populacional (êxodo demográfico da região Nordeste, produtora de açúcar, para o Sudeste e Centro-Oeste minerador), transforma-se a estrutura de trabalho (aumento no número de trabalhadores livres e maior mobilidade social), modifica-se o centro econômico (a atividade açucareira se torna menos rentável para a metrópole devido à concorrência com o açúcar antilhano, pois esse produto era produzido aqui e negociado pelos holandeses na Europa, assim quando os flamengos passam a produzir açúcar os investimentos financeiros nessa atividade diminuem bastante) e com ele o transplante da sede política e administrativa da colônia (deixando de ser Salvador para o Rio de Janeiro se tornar o centro político e administrativo da coroa na colônia).

A partir das primeiras décadas do século XIX o algodão começa a ganhar importância como produto agrícola no cenário nacional, o Nordeste tenta reascender-se na cena política e econômica, porém, o Nordeste que parece ressurgir com essa nova atividade já não é o mesmo do Brasil Império. O Nordeste algodoeiro/pecuarista passa a ser o “*O Outro Nordeste*”.

Em linhas gerais, o Território brasileiro foi sendo formatado a partir das necessidades políticas, econômicas e administrativas da coroa portuguesa, pois todas as transformações ocorridas faziam parte do desencadear das aspirações capitalistas, descritas por Caio Prado Junior como a grande *empresa* mundial.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...) É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (JUNIOR, 1992: 31)

Tomando a idéia marxista sobre a formação de um Território, o Brasil teve como elemento básico de sua formação a estrutura de exploração dos meios naturais e sociais desenvolvida pelo centro econômico sediado na Europa. Já o município de Bom Jesus, iniciaria seu processo de gestação no final do século XIX através do desbravamento de terras ainda não ocupadas. O então desbravador Antônio Caetano Leite inicia a ocupação do lugar com a finalidade de torná-la uma fazenda criadora de gado.

## Alguns conceitos de Região

Sempre que ouvimos o termo Região de imediato nos vem o pensamento de um lugar com características próprias, estabelecidas por questões de ordem eminentemente físicas, em alguns casos aparecem a definição por ordem econômica e política, mas, a nossa preocupação com tal definição não se manterá em caráter exclusivamente de um aspecto ou outro, visto que esses aspectos acabam por estabelecer a Região como algo morto, incapaz de ser visto pelos estudiosos com os seus verdadeiros valores. Uma Região se estabelece a partir de experiências vividas pela sua população, pelos dizeres, pelos saberes que a legitimam. A Região deve ser objeto de questionamento, de desconfiança dos seus espaços e aspectos em geral. A Região não deve ser pensada como um objeto de *per si*, conforme descreve o professor Durval Muniz

A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a - histórico, como um referente identitário que existiria *per si*, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 55)

Para Albuquerque Junior (...) “a melhor forma do historiador lidar com a noção de região, a maneira de trabalhar com o regional, é através do procedimento da desconstrução.” (Idem, p. 63)

Fazer história do regional, para mim, não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência naturalizada. Fazer história do regional, para mim, implica pensar arqueogeneologicamente as relações de poder e as distintas camadas de saber que vieram a se cristalizar, que vieram a dar contorno e realidade a um dado recorte regional. (idem, pp. 63-64)

Diante do exposto, entendemos que a Região possa ser um objeto que se estabelece pelo saber que a legitima, e que esteja sujeita ao crivo de estudos das mais amplas categorias.

Na análise de Iná Castro a Região é condicionada por fatores de escala sócio-espacial e, portanto, recebe uma carga relativamente intencional no seu constituir-se.

(...) A “região” constitui um nível de análise do território, estabelecido não de forma arbitrária, mas, ao contrário, significativo do acontecer particular do

fator social total, definido pelo lugar em que ocorre. A região, portanto, é escala sócio-espacial, que possui uma especificidade funcional, definida nos processos sociais, que condicionam e são condicionados por espaços diferenciados. (CASTRO, 1992: 30)

A Região Nordeste constituiu-se a partir de um conjunto de fatores que foram usados para consolidar um fenômeno bastante comum no mundo moderno, o Regionalismo. “Não há regionalismo sem substrato regional,” (Idem, ibidem: 29). O processo pelo qual o Nordeste passou a ser legitimado e institucionalizado a nível global tem suas raízes bastante rasas, não é necessário ir muito longe para perceber que o Nordeste de hoje passou a ser configurado pela mídia, pela literatura e pelas instituições públicas a partir da segunda metade do século XIX, e se reforçou no século XX. Antes, porém, existiam vários subespaços dentro do que hoje se configura como Nordeste, prova disso é perceber que o Nordeste açucareiro não incluía a Bahia, o Maranhão, Sergipe, Piauí e o Ceará, esses estados figuravam como casos a parte do complexo açucareiro. Assim, embora a Bahia produzisse esse gênero agrícola, mas os ditos que mapeavam e davam configuração ao Nordeste eram as elites açucareiras da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas e o Rio Grande do Norte.

Neste contexto, esses Estados sobressaem-se aos demais da Região Nordeste, não pela força política diferenciada dos seus agentes sociais capazes, mas pela própria dinâmica do Capitalismo que proporcionou a esses subespaços uma categoria de posição bastante superior aos demais. Essa idéia distancia-se da tese da professora Castro (1992) que:

Do ponto de vista do domínio político, neste conjunto são encontrados os subespaços, cujas elites possuem tradição de participação política no Governo federal como as do Nordeste açucareiro na Zona da Mata e os nordestes algodoeiro e pecuário no Sertão. Encontram-se, portanto, nesses seis estados, elites políticas representativas das forças sociais mais atuantes no contexto regional, cujos modos de ação conferem significado ao conjunto que compreende a Região Nordeste oficialmente definida. (CASTRO, 1992: 21)

A relação comercial entre a Europa e o Brasil, durante o período colonial, imperial e após a independência era basicamente exploratória entre todas as Regiões do país existiam diferenças gritantes quanto ao desenvolvimento econômico, político e administrativo, a força econômica e conseqüentemente política do Nordeste nas

decisões administrativas centrais tiveram peso relevante antes da crise enfrentada pelo setor açucareiro.

De acordo com Francisco de Oliveira, a Região não é fruto da engenhosidade social, nem outra forma de produção econômica e ou política, a Região, para Oliveira é apenas um subespaço econômico e social dentro do processo capitalista global que ganhou uma forma diferenciada na produção capitalista sobre as demais. Ou seja, o desenvolvimento econômico do capital em um dado espaço acabou gerando uma elite, que, para manter-se frente ao concorrente mercado, homogeneiza-se e defende o *status quo* para não ver a região se desintegrar com o avanço econômico do capitalismo nos demais espaços. Pois, Oliveira defende que o próprio processo do avanço capitalista tende a findar as fronteiras regionais.

O processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobre-põe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. E enfatiza-se, uma vez mais, que uma “região” assim tende a desaparecer (OLIVEIRA, 1977: 30)

Assim, a Região se configurou em espaço transformado naturalmente para um espaço social através da força vital do capitalismo econômico mundial, tanto através dos primeiros investimentos externos como pela associação da elite local, regional e nacional com o centro econômico mundial.

Através de uma observação bastante lúcida sobre Região é possível perceber os mecanismos que existem nas “entrelinhas” de um discurso.

A elite nordestina consegue, através de mecanismos de capturar recursos, transformar um órgão que foi criado para solucionar problemas como as secas, que nessa época não era um problema exclusivo da Região Semiárida, em um órgão praticamente exclusivo e de propriedade da elite nordestina. Dizendo de outra forma, nas palavras de Oliveira (1977),

Note-se, de passagem, que mesmo o problema das secas não era concebido como um problema *exclusivamente* do Nordeste semi-árido: o DNOCS era um departamento *nacional*, concebido para atuar no combate a esse fenômeno climático onde quer que ele se apresentasse no território do País. (OLIVEIRA, 1977: 71)

caatinga. A pluviosidade dessa região varia entre 500 e 800 mm anuais, isso ocorre em virtude do bloqueio que os planaltos oferecem para a circulação de nuvens de chuvas que vêm do Atlântico em direção ao Sertão. Essa densidade pluviométrica fez com que muitos animais e plantas tivessem que se adaptarem para sobreviver. Em virtude de o índice pluviométrico ser relativamente baixo quando comparado com a região litorânea e dos planaltos, os rios sertanejos são temporários, ou seja, secam durante as estações secas, e, embora todos os rios da Região sertaneja tenham um valor inestimável, o rio Piranhas se destaca por ser responsável pela irrigação de enormes áreas do Sertão paraibano. O seu relevo é relativamente variado, com uma leve predominância de Depressão na Região da cidade de Patos até a Serra da Viração.

Retomando a discussão inicial a cerca das características do Sertão serem as mais parecidas com o Nordeste. O Sertão foi explorado pelos discursos elitistas, que viam nas suas condições climáticas, econômicas e sociais um formidável elemento para angariar recursos. Alguns segmentos da sociedade nordestina tinham interesse em apresentar um Nordeste que já foi o berço da economia do país e que se tornou carente de recursos para sanar os problemas naturais, só assim o Nordeste poderia voltar ao palco das decisões econômicas e políticas do cenário nacional. As próprias características climáticas como inconstância e má distribuição pluviométrica favoreceram a legitimação do discurso intencional e nocivo para a população carente do Nordeste, os fatores climáticos associados aos problemas sociais legitimavam através de saber técnico e institucional o discurso de região problemática.

Não distante desta realidade, o município de Bom Jesus-PB é afetado pelas mesmas “síndromes do atraso” como sendo ocasionados por fatores naturais. Só para se ter uma idéia do quadro, o lugar vivenciou as secas de 1915, 1932 e 1943 com pouca presença masculina, pois parte da mão-de-obra do Lugar, tinha sido retirada para trabalhar em “estradas de rodagem”, construção de açudes, barragens e outros projetos faraônicos do governo com pouca serventia para a população bom-jesuense.

#### **1.4.1 Plantadores *versus* criadores, a ocupação do sertão paraibano**

Já foi mencionado anteriormente que a ocupação da área sertaneja da Paraíba se ocorreu através da necessidade de separar a criação de gado da área dos canaviais, pois

os animais significavam perdas nas plantações e perda das terras para cultivo, uma vez que, tanto a criação de gado como as lavouras de cana-de-açúcar necessitavam de extensas propriedades para o manejo de cada uma das atividades.

Muito diferente do que se descrevem os primeiros trabalhos sobre os motivos que levaram à separação do gado e da cana são, os motivos verdadeiros desta necessária “apartação”, descritos em recente pesquisa de Moreira & Moreira (1997). É comum, ouvir, que o gado veio para o interior paraibano por haver um rebanho tão numeroso de animais que não havia como mantê-los sem que os mesmos não invadissem as plantações, pois o monturo da *Casa Grande* e do engenho encontrava-se abarrotado de animais sem utilidades. Na verdade, o que de fato parece ter ocorrido foi pela própria necessidade de animais de tiro<sup>1</sup>, e para o abastecimento de carnes nos engenhos e nos centros urbanos terem aumentado, a própria necessidade de mais animais tanto para corte como para tração, acabou gerando uma pequena classe de criadores de gado que logo se atritou com a elite açucareira, sendo necessária uma separação. Assim, como a elite açucareira detinha mais poder econômico e político, em virtude do valor da cana e seus derivados, empurrou a criação de gado sentido interior, conforme menciona os autores citados:

O crescimento da procura de animais de tiro em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo de carne nos engenhos e centros urbanos em emergência e os conflitos entre criadores e lavradores foram responsáveis pela separação das atividades canavieira e pecuária. (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 67)

É, então, a partir desse deslocamento tanto de animais como de mão-de-obra que ocorre a ocupação do Sertão paraibano. Nesse primeiro momento, a ocupação acontece seguindo o percurso dos rios, onde a água favorecia o crescimento de pastagens naturais entre o leito dos rios e as matas ciliares e os animais poderiam saciar a cede sem percorrer longos trajetos. Outras características importantes na criação e ocupação do espaço sertanejo são assinaladas pelos autores acima:

- a) Instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica. Em função da pobreza da pastagem natural da catinga, existência de um regime pluviométrico irregular, com uma estação seca muito prolongada e da utilização de técnicas rudimentares de criação, muitos hectares eram necessários para alimentar uma rês.

<sup>1</sup> Animais destinados ao trabalho de puxar carros e carroças, utilizados nos engenhos para transportar lenha, cana e outros materiais, como também, utilizados para mover trapiches e outros serviços.

Estes fatos, associados à grande disponibilidade de terras (considerando-se que a terra do índio, do ponto de vista do colonizador, era terra disponível porque passível de ser conquistada e apropriada) contribuíram para que a organização da atividade pecuária no Sertão se desenvolvesse em grandes propriedades: a fazenda;

- b) Baixo nível de capitalização: era muito baixo o nível de investimento exigido para implantação de uma fazenda. Era suficiente construir uma casa e preparar os curais para ocupar 18 quilômetros de terra (PRADO, 1958:54). Uma vez instalada, a fazenda se expandia pelo crescimento vegetativo da população animal;
- c) Organização do trabalho combinado livre e escravo. O criatório se desenvolveu com base num sistema ultra-extensivo, com o gado criado solto em áreas muito amplas. Assim, era impossível ao proprietário ou ao seu preposto, controlar a produção, o que é apontado como um elemento inibidor do predomínio do trabalho escravo no Sertão. (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 71)

Muitas outras características dessa atividade econômica contribuíram para a formação e conformação do que é hoje o Sertão paraibano. A relação de subordinação à metrópole em termos de mercado e o modelo extensivo de propriedade possibilitou a apropriação de terras por homens livres, já o vaqueiro, pelos serviços prestados, no final de quatro anos de trabalho se pagava com um quarto da produção ou conforme acordo entre as partes (proprietário da fazenda e vaqueiramas). Esse sistema de pagamento possibilitou a muitos vaqueiros tornarem-se donos de um pequeno pedaço de terra e do seu próprio rebanho.

Esse tipo de atividade econômica necessária para o equilíbrio da zona canavieira, em virtude da crise por espaço agrário no litoral, acabou, juntamente com os fatores naturais, transformando a Região sertaneja de forma praticamente irreversível. As áreas que foram sendo ocupadas de forma gradativa, dispersa, mas bastante contínua, configuravam e ainda configuram o resultado das grandes fazendas criadoras de gado nos latifúndios, minifúndios e por último o agronegócio dos dias atuais que é a herança inevitável do avanço capitalista agrário. É importante anotar que o deslocamento gradativo de criadores de gado da região litorânea para o Sertão não teria conseguido atingir os resultados positivos em termos de produção de gado, se não fosse a capacidade do homem sertanejo, transformado em vaqueiro, de conhecer as veredas, o solo, os rios e lagoas, a flora e a fauna dessa sub-região em proveito da nova atividade econômica.

A distribuição dos grupos humanos em certa área geográfica não se faz arbitrariamente, mas segundo relações e leis complexas, que a Geografia

humana procura elucidar. Os seres humanos, no imperativo biológico de assegurar a vida, agem modificadoramente sobre as condições naturais. Mas não agem isoladamente: criam, como já dissemos, técnicas de ação, que se aperfeiçoam gradualmente, de acordo com o grau de evolução social e natureza das próprias relações sociais do processo produtivo. (MENEZES, 1970: 32)

O resultado desse processo foi a formação de uma sociedade que aprendeu a desenvolver técnicas e táticas de produção, criação e sobrevivência em pleno clima Semiárido. Quantos foram os equipamentos rústicos, porém eficientes, produzidos de couro de animais para melhorar a vida dos sertanejos?

Além de fonte de renda monetária e de meio de subsistência alimentar (carne e leite), o gado fornecia matéria-prima (couro) para uma série de bens utilizados pelo sertanejo: vestuário, calçado, arreio e utensílios domésticos os mais variados (bancos, camas, portas, etc.). (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 73)

Quantas plantas foram utilizadas para matar a fome ou saciar a sede de pessoas e animais? Quantas técnicas foram desenvolvidas pelos sertanejos ou assimiladas de outras Regiões para preservar alimentos? A esse respeito, vale destacar, os charques cearenses, tão eficientes no prolongamento do uso da carne bovina.

No entanto, essa fase de euforia da pecuária sofre seu primeiro grande abalo durante a seca de 1777 e estiagens subsequentes até 1779, que dizimou milhares de animais na Região Semiárida. A crise se ampliou com o fim da escravidão, pois, muitas das carnes de charque eram vendidas para alimentação dos escravos nos engenhos restantes e nas minas de ouro e diamantes.

#### **1.4.2. Pecuária e algodão um consórcio quase perfeito**

Mesmo com as constantes crises comuns do sistema capitalista, a pecuária sertaneja consegue manter-se como importante produto econômico do interior paraibano e, contribuindo com a nova divisão do trabalho na Região, principalmente com o

arranque expressivo da cotonicultura no Nordeste brasileiro durante a Guerra civil norte-americana.

O algodão já era um produto utilizado pelos índios, antes mesmo da chegada dos portugueses na Paraíba, porém, com a Revolução Industrial iniciada nas últimas décadas do século XVIII e primeiros anos do século seguinte a indústria têxtil inglesa mais precisamente de Manchester consome quase todo algodão produzido no mundo. Mas é durante a Guerra civil dos Estados Unidos que o algodão ganha respaldo na economia brasileira, nordestina e sertaneja.

Registro marcante dessa fase áurea do algodão no Sertão paraibano é a instalação de grandes empresas de beneficiamento da fibra e do caroço.

Reflexo da expansão cotonicultura no Sertão é a instalação de grandes unidades de beneficiamento da fibra e do caroço, seja de capital estrangeiro como SANBRA e ANDERSON CLEYTON, seja de capital local, nas principais cidades do Sertão (Sousa, Pombal, Patos e Cajazeiras na primeira metade do século XX). (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 76)

O algodão estabeleceu um tripé que serviu como base de organização do espaço econômico do Sertão paraibano. O tripé produção de algodão, criação de gado e cultura de subsistência condicionaram esse espaço em área de fornecimento de matéria prima para os outros Estados do País e Exterior.

À medida que o algodão ampliava suas áreas de cultivo a pecuária paraibana também ganhava espaço. A transformação das matas de caatinga em lavouras de algodão oferecia novas pastagens para o gado, o restolho da safra de algodão se transformava em alimento para a atividade pecuária, convergindo num consórcio nunca antes experimentado na economia brasileira. Isso ocorre tanto com as pastagens deixadas pelo cultivo do algodão e outras culturas de subsistência como pelo caroço do algodão que após prensagem e extraído o óleo o resíduo transforma-se em torta para o gado. Para os agropecuaristas esse tripé citado anteriormente significou um período de vida farta e ampliação do poder dos coronéis, tanto pelos ganhos do consórcio dessas atividades econômicas através da exploração do capitalismo agrário, como pelas barganhas junto ao Estado em forma de incentivos fiscais e financiamentos.

A partir da segunda metade do século XIX, com o dinamismo da produção e do comércio de algodão, ocorre um maior interesse do governo em ampliar as áreas cultiváveis, construir estradas de rodagem e aumentar as redes ferroviárias para melhor escoar a produção. Esse dinamismo na produção e beneficiamento do produto faz com que, ocorra um adensamento populacional no Sertão que terá como consequência o surgimento de muitos povoados e novas cidades e municípios no seu interior.

A fase áurea do “ouro branco” no Sertão paraibano transformou o espaço dos pequenos municípios e vilarejos Sertanejos.

A cidade de Cajazeiras ganha sua independência em relação a Sousa em 1863, com uma área inicial de 1.897,5 Km<sup>2</sup>. Cajazeiras torna-se, após sua emancipação, o município pólo do comércio algodoeiro. Sua localização geográfica propicia o intercâmbio econômico com alguns pequenos núcleos produtores de algodão tanto da Paraíba como os do Ceará, entre eles Canto do Feijão (Santa Helena - PB), Alagoinha (Ipaumirim – CE), (São João do Rio do Peixe – PB), (Cachoeira dos Índios – PB), (São José de Piranhas), Aroeira (Bom Jesus - PB) e muitos outros municípios que tinham Cajazeiras como uma das principais praças de escoamento da produção para os centros têxteis do país. O intenso movimento de pessoas, animais e mercadorias acabou transformando e modernizando o cenário cajazeirense e todo seu entorno. Conforme assinalou Eliana de Souza Rolim (2010):

Contudo, mesmo que as obras do IFOCS tenham tido sua importância, o progresso chega a Cajazeiras, sobretudo, pela produção do algodão. Era o *ouro branco*, o grande responsável pela geração da riqueza que possibilitou a renovação do perfil material do município, com as primeiras transformações urbanas. (ROLIM, 2010: 69)

Na fazenda Aroeira, que mais tarde se transformaria no município de Bom Jesus, o consórcio algodão/pecuária imprimiu as marcas do avanço econômico da produção em curso, transformando o cenário marasmado num dos distritos mais adiantados do município de Cajazeiras.

Segundo Brito (2002)<sup>2</sup>: “Foi justamente em 1885 que a fazenda Aroeira se consolidou, desbravada por Antonio Caetano Leite.” (BRITO, 2002: 16)

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BIBLIOTECA SETORIAL  
CAJAZEIRAS PARAIBA

<sup>2</sup> O professor Eliomar Gonçalves de Brito publicou o livro **Fatos e Personagens da História de Bom Jesus** no ano de 2002. Uma sucinta monografia que trás de forma melancólica e positivista um breve, mas bem documentado histórico sobre a gênese da cidade de Bom Jesus-PB.

Tão importante quanto a força econômica proporcionada pela produção e comercialização do algodão foi a capacidade intelectual da igreja e a força política dos coronéis locais, manifestadas na construção de capelas nas fazendas e povoados, dando origem a novos municípios sertanejos.

De fato, referindo-se ao processo de ocupação do espaço sertanejo Moreira e Targino (1997), destacam a ocorrência de sesmarias pertencentes à Casa da Torre no final do século XVII nos vales do Piancó, do Piranhas e do rio do Peixe. Ainda sobre a ocupação do Sertão, Melo (1994) faz referência à existência de fazendas entre 1700 e 1800 cujas capelas se transformariam nos embriões que deram origem a vilas e posteriormente a municípios na região de Pombal, Cajazeiras, Piancó, Santa Luzia, e Monteiro. (SILVA, et. al, 2003: 18).

Dentro desse prognóstico assinalado anteriormente a fazenda Aroeira recebe sua capela como um elemento essencial do desenvolvimento local. Conforme descrição de Brito (2002): “A comunidade foi se desenvolvendo a partir de junho de 1915, ano da criação da Diocese de Cajazeiras, cidade a quem Bom Jesus pertenceu até 1963.” (BRITO, 2002: 16) Mas, é, principalmente com a introdução da variedade do algodão mocó<sup>3</sup> que a economia do lugarejo se fortaleceu e ganhou contornos de desenvolvimento. Paralelamente à construção da capela nas primeiras décadas do século XX foi instalada uma usina de algodão cujo proprietário era o coronel Sebastião Bandeira de Melo.

Vale destacar que embora tenha sido observado o consórcio gado/algodão no referido distrito, essas duas atividades não tiveram o mesmo sucesso simultâneo de exportação para outras praças. Apenas o algodão, após o beneficiamento na usina local, contribuiu como atividade de aglutinação sócio/econômica e adensamento populacional. Já a criação de gado, desenvolvida pelos agropecuaristas da pequena cidade que se formava, não obteve êxito tal qual o algodão.

No entanto, é inegável a contribuição desprendida pela criação de gado e a produção de algodão na formação dos limites e fronteiras do município de Bom Jesus-PB. Por sinal, esses limites ainda hoje estão sendo contestados pelos Municípios de Bom Jesus-PB e Ipaumirim - CE, uma vez que a cidade desenvolveu-se na fronteira entre os dois Estados (Ceará e Paraíba). Hoje é consenso ouvir dos moradores e

<sup>3</sup> Variedade de algodão arbóreo, de fibra longa e de qualidade, muito resistente e totalmente adaptado ao clima semi-árido, com grande capacidade de produção em consórcio com outras culturas de subsistência.

autoridades do município de Bom Jesus-PB o discurso de que a cidade é dividida ao meio pelos Estados do Ceará e Paraíba, sendo utilizado para demarcação dos limites fronteiriços um elemento natural. As águas das chuvas que escorrem e tomam cursos diferentes – de acordo com as alterações do terreno – são, pois, o elemento de demarcação do Território do município de Bom Jesus – PB e do Distrito de Aroeira – CE. Esse fenômeno não seria estranho se de fato a cidade realmente fosse dividida entre os dois Estados pelo elemento natural e se não houvésssemos ouvido depoimentos que contestam esse discurso. Hoje Bom Jesus-PB está definido territorialmente da seguinte forma: com uma área territorial que corresponde a 48 km<sup>2</sup>, fazendo fronteira na sua porção Oeste com o município de Ipaumirim - CE, no lado oposto (Leste) o município limita-se com o território do município de Cajazeiras - PB a quem permaneceu como distrito até 1963 e foi elevado à categoria de cidade pelo decreto Lei Nº 3096 de Novembro de 1963. No extremo Norte a fronteira do município faz limite com o município de Santa Helena - PB e no Sul o município de Bom Jesus-PB encerra sua fronteira com o município de Cachoeira dos Índios. Desta forma, parece ter ocorrido um equívoco na abordagem feita por Brito (2002), quando se refere aos limites municipais da seguinte forma: “O município corresponde a uma área de 103 Km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com os municípios de Santa Helena, ao sul com o município de Cachoeira dos Índios, ao leste com o município de Ipaumirim.” (BRITO, 2002: 56)

De modo bastante sucinto, a fazenda Aroeira obteve um considerável desenvolvimento econômico com a implantação da usina de beneficiamento de algodão, cuja época áurea do ciclo desse produto (década de 1920), possibilitou o surgimento de uma das feiras livres mais bem movimentadas da Região. O comércio de produtos agrícolas, as compras, vendas e trocas de animais de carga e passeio e o comércio de gado e algodão ditava o bom desenvolvimento econômico do pequeno centro urbano. Porém, com as constantes crises do mercado externo refletidas de alguma forma na economia nacional, a usina foi vendida e todos os seus equipamentos foram transferidos para outro Estado fazendo com que o pequeno lugarejo permanecesse sem muitas mudanças até os últimos anos da década de 1950.

Com sua emancipação política administrativa, o município retoma, em paços bem menores, o desenvolvimento econômico e social deixados na “era de vinte”.

Em relação ao que aparenta ser um discurso parcial e intencional da divisão interestadual da cidade de Bom Jesus-PB, procuraremos em outra oportunidade buscar a arqueogenealogia dessa construção. Por enquanto, contenta-nos essa preliminar abordagem que pode muito contribuir com o entendimento das relações sociais do cotidiano dos produtores agrícolas da cidade de Bom Jesus – PB nas primeiras décadas do séc. XX.

## II – CAPÍTULO

### ASPECTOS AGRÁRIOS DA PARAÍBA: As décadas iniciais do século XX.

Os aspectos agrários da Paraíba, assim como quase todas as Regiões do país são relativamente específicos, pois se encontram atrelados ao processo de industrialização e transformação do campo, uma vez que não tivemos um desenvolvimento industrial e uma transformação do campo de forma progressiva e homogênea.

Assim, para que possamos compreender alguma destas características específicas relacionadas às questões agrárias na Paraíba, é necessário fazer um breve histórico desse processo dentro de um contexto mais amplo, o nacional.

A terra sempre foi objeto de desejo e conseqüentemente de disputas sociais, políticas e econômicas em muitas sociedades pelo mundo. Essas disputas ocorreram, num primeiro momento, pela apropriação de áreas com solos mais férteis, com disponibilidade de água e outros aspectos naturais que acabaram gerando disputa por terras entre vários grupos sociais.

Aqui no Brasil, as primeiras disputas ocorreram durante a ocupação das terras indígenas pelos colonizadores, transformando-se na maior e mais sangrenta disputa por terras que o país já presenciou. Essa apropriação de terras no território brasileiro, já eram os primeiros passos da empresa capitalista iniciada na Europa, estendendo seus tentáculos em direção ao futuro mercado brasileiro.

É importante anotar que com o desenvolvimento tecnológico, o capitalismo consegue transformar a natureza “original” em uma nova natureza, totalmente

modificada e transformada para produção, acumulação e circulação de capital. Se a industrialização de modo geral consegue transformar a natureza, por que será que a terra é um dos elementos naturais que mais geram disputas sociais? Talvez seja porque ela não pode ser reproduzida. Assim, se a terra é um elemento natural que não se reproduz, a sua apropriação histórica ganha uma importância muito grande nas pesquisas e estudos sobre o campo no Brasil.

Ora, como já mencionamos no capítulo anterior, as pequenas e variadas produções só eram feitas no interior dos latifúndios quando o preço do produto destinado à exportação caía, salvo essas oscilações a pequena produção de alimentos e outros itens eram feitas em pequenas propriedades, conforme descreve Silva (1990):

Mas a produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto principal destinado à exportação. Por exemplo, quando o preço do açúcar ( e mais tarde do café) subia no mercado mundial, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir a sua produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção, para abastecer não só as vilas e cidades, como às vezes os próprios latifúndios. (SILVA, 1990: 24)

Nas primeiras décadas do século XIX, quando ocorre um maior aumento no número de pequenas propriedades (os sítios) é inevitável a necessidade de criação de Leis que regulamentem o acesso à terra, essa necessidade se torna mais forte a partir da segunda metade do século citado quando ocorrem com maior intensidade os movimentos de fomentação da abolição da escravidão no Brasil. Em virtude de querer vender seus produtos, a Inglaterra incentiva o fim do tráfico de escravos africanos e passa a incentivar o fim da escravidão no Brasil.

A Lei de Terras de 1850 estabelecia que a partir de então o acesso à terra só seria feito mediante a compra e venda desse bem, e todos os recursos obtidos pelo governo seriam destinados ao deslocamento de imigrantes europeus para as terras brasileiras. Essa nova legislação solucionaria dois problemas: “De um lado restringia-se o acesso às terras (devolutas e não devolutas) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las; de outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.” (SILVA, 1990: 25) Desta forma, as terras que antes eram “livres” tinham no seu regime de trabalho a escravidão, a partir de 1850 as

terras passam a ser escravizadas por particulares compradores e, em 1888, ocorre a liberdade de todos os homens no Brasil.

Na Paraíba, a ocupação das terras da então capitania de Itamaracá ocorreu obedecendo a mesma direção do âmbito nacional. Primeiro foram ocupadas as áreas litorâneas destinadas à exportação, e por isso homogeneizou-se o sistema de grandes propriedades. Já o interior, conforme mencionado nos subitens do primeiro capítulo, “Agreste e Sertão”, a ocupação obedeceu às regras da própria necessidade interna do sistema produtivo. O Agreste com as pequenas produções destinadas ao suprimento de alimentos e produtos para as grandes propriedades açucareiras do litoral foram ocupadas de forma bastante fragmentadas; enquanto o Sertão, com o regime produtivo de gado e algodão, teve que garantir a sua manutenção produtiva através das grandes fazendas de gado bovino. O Sertão manteve a estrutura fundiária, juntamente com o Litoral, através do sistema monopolista reforçado pela “Lei de Terras” de 1850. Desta forma, o processo de ocupação das terras na Paraíba, legalizado pela citada Lei, significava também o controle da produção e da *força de trabalho rural*.

Os enormes latifúndios tanto do Litoral açucareiro como do interior agropecuário tinham sua permanência e ampliação garantida pelas forças econômica e política em favor da ordem estabelecida. Interessante é que, mesmo quando ocorre a transformação da mão-de-obra escrava para a livre o quadro de acentuação fundiária na agricultura paraibana se amplia. Com o fim do trabalho compulsório a massa de trabalhadores livres sem terra passa a ser outro dado da “questão agrária” na Paraíba. Embora não se tenha dados precisos a esse respeito, conforme descreve Moreira (1997), mas sabemos que nas primeiras décadas do século XX o número de trabalhadores sem terra aumenta bastante. “Não se dispõe de dados conclusivos que possibilitem precisar o número de trabalhadores sem terra no Estado.” (MOREIRA, 1997: 188). No entanto, deduz-se que essa categoria social em observação teve um considerável aumento entre 1900 e 1940, isso ocorreu, em virtude do boom algodoeiro e da crise da borracha amazônica que tinha concorrido como fator determinante no deslocamento da população paraibana para a extração de látex na Amazônia durante as últimas décadas do século XIX.

No entanto, mesmo com esses deslocamentos a população paraibana continuou crescendo e essa nova retomada<sup>4</sup> pôde ser atribuída principalmente aos fatores econômicos. Uma vez que, fatores como diminuição nos índices de mortalidade, melhorias nas condições de saúde, saneamento básico, melhores condições de alimentação e melhorias sociais, pouco influenciaram para ativar esse crescimento.

## 2.1 Transformação da produção na Paraíba

As primeiras décadas do século XX marcam uma significativa mudança na forma de produzir no Estado da Paraíba. Quando falamos em “*transformação da produção na Paraíba*” não pensamos em uma mudança brusca e nem mesmo uma transformação homogênea, mas uma transformação gradativa que na maioria das vezes não conseguiu atingir um nível de desenvolvimento em todos os seguimentos e setores produtivos da economia paraibana.

Desta forma, não iremos elencar todos os aspectos da economia paraibana, pois necessitaríamos de um trabalho mais metuculoso e o tempo desprendido para tal pesquisa teria que ser mais alargado. Por enquanto apresentaremos a abordagem de dois dos principais produtos agrícolas da Paraíba nos séculos XIX e início do XX, a cana de açúcar e o algodão. Por entendermos que o processo produtivo desses dois produtos e a modernização peculiar do século XX transformou de forma significativa a vida de várias famílias paraibanas, algumas mais significativamente outras menos, porém o campo paraibano nunca mais foi o mesmo após a capitalização da produção açucareira e cotonicultora. Por último, iremos mostrar a contribuição que as atividades agrícola e pecuária tiveram na transformação da Fazenda Aroeira em Distrito de Aroeira e posteriormente cidade de Bom Jesus.

---

<sup>4</sup> Falamos em retomada do crescimento populacional do Estado da Paraíba nas primeiras décadas do século XX, em virtude de ter sido registrado por **Moreira & Moreira** “*Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*”, p. 217-220, três fases distintas da demografia paraibana. O primeiro entre 1872-1900, registrando um declínio da sua participação em relação à população nacional; o segundo entre 1900-1940, com um considerável aumento. Iremos destacar esse período em virtude de estar dentro do recorte temporal por nós analisado; e o terceiro entre 1940-1980, apresentando um leve decréscimo da participação paraibana em relação à população brasileira.

Sabemos que a pecuária e a produção agrária de outros produtos tiveram importância significativa nessa transformação, no entanto a nossa pesquisa está direcionada para as relações de trabalho da produção algodoeira no campo sertanejo, especialmente a cidade de Bom Jesus – PB.

Durante as primeiras décadas do século XX, o Estado incentiva a implantação de uma nova divisão do trabalho na produção açucareira. O agricultor investiria toda sua força na produção da cana enquanto que os industriais se dedicariam com vultosos capitais e investimentos ao fabrico do açúcar. É importante anotar que com essa experiência apenas o setor industrial se modernizou, em contrapartida a agricultura continuou sem muitas mudanças na forma de cultivo do produto. Durante os primeiros anos do século passado as mudanças na forma de produzir cana praticamente foram insensíveis, apenas a partir das décadas posteriores a 1920, algumas mudanças começam a ocorrer. De forma bastante tímida, começa-se a desenhar a capitalização da produção açucareira no campo. Já a industrialização do produto, ou seja, as mudanças ocorridas na forma de produzir açúcar foram bastante significativas, só não foram maiores por que o mercado interno não contribuiu com o desenvolvimento do consumo de açúcar cristal, perdendo espaço para a forma bruta<sup>5</sup>. Isso porque o mercado externo não representava oportunidade de comércio para o açúcar brasileiro, por ser mais caro que os concorrentes fornecedores do produto para a Europa.

Talvez essa seja a razão pela qual se percebe o grande número de engenhos e engenhocas distribuídos pelo Agreste, Litoral, Brejo e até mesmo o Sertão, como foi o caso dos municípios sertanejos de São José de Piranhas que no ano de 1916 contava com 45 engenhos de rapadura e 02 alambiques de aguardente e Cajazeiras com 07 engenhos de açúcar e 28 de rapadura, entre outros.

Assim, para não perder na concorrência com os engenhos as usinas iniciaram um processo de anexação dos pequenos engenhos à sua extensa propriedade. Quando esses pequenos produtores não aceitavam serem incorporados por essas usinas, tornavam-se somente fornecedores de cana. A usina ganhava mais mão-de-obra assalariada e tornava

---

<sup>5</sup> Açúcar bruto é comumente chamado de açúcar mascavo. Esse tipo de açúcar tem como característica a cor escura quase marrom por não ser refinado, guardando as qualidades originais do produto na forma bruta, em conjunto com a rapadura foi durante muitas décadas alguns dos gêneros de primeira necessidade das famílias paraibanas, significavam uma importante fonte de energia para os trabalhadores e produto para adoçar o café, a garapa, o mingau e etc.. Em virtude do pouco investimento despendido para produzi-los o seu preço era praticamente metade do açúcar cristal. Por esse motivo, as usinas perderam uma enorme fatia do mercado de açúcar para os engenhos e bangüês.

essa mão-de-obra em potenciais consumidores, pois esses produtores deixavam de produzir produtos de subsistência nas margens dos engenhos para se dedicarem exclusivamente ao fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas. Por último, as usinas retiravam do mercado um concorrente fortíssimo que entravava a ampliação do mercado interno de açúcar refinado.

A transformação da produção açucareira ao se tornar mais moderna favoreceu o aumento da miséria no campo paraibano, conforme descreve Galliza (1993): “A nosso ver, nas áreas em que o sistema usineiro penetrou, o salário do homem do campo era mais baixo do que nas localidades em que não foram instaladas as grandes unidades açucareiras.” (GALLIZA, 1993: 52) O processo de industrialização e modernização na produção de açúcar foi ambivalente se por um lado trouxe novas tecnologias para o estado, por outro, a insegurança e a miséria no campo foram as principais consequências da ampliação do latifúndio.

A penetração do capitalismo na grande lavoura açucareira trouxe melhorias técnicas (...) No entanto, o sistema acentuou a concentração da terra e da renda fundiária, conservando a estrutura anacrônica da propriedade e as condições de insegurança e atraso no ambiente rural. (GALLIZA, 1993: 53)

Esse descompasso entre a industrialização da produção do açúcar e a produção de cana contribuiu para agravar os problemas agrários na Paraíba, e esse fenômeno não foi exclusivo da produção açucareira, durante a produção algodoeira esse mesmo aspecto diacrônico foi causador e acentuador da miséria no campo paraibano.

De modo geral, a produção de algodão no Nordeste brasileiro seguiu a mesma regra da produção de açúcar. A produção de algodão no Nordeste é menor que a média nacional, variando muito de Estado para Estado. Na Paraíba, se registrara uma das melhores médias do Nordeste e do País, conforme anota Andrade (1987) que assegura, “Dentre os Estados do Nordeste, são a Paraíba e o Ceará os que apresentam maiores produções, sendo estas inferiores apenas às dos Estados de São Paulo e Paraná.” (ANDRADE, 1987: 84). Internamente a produção de algodão ganhou espaço em todas as zonas do Estado, mas foi principalmente no Cariri e Sertão que essa atividade encontrou as melhores condições naturais para o desenvolvimento da produção algodoeira. De acordo com Galliza, o governador Solon de Lucena, muito contribuiu

para a ampliação da produção no Estado. “percebendo que o progresso do Estado estava ligado à cultura algodoeira, fixou as atenções no sentido de intensificá-la e melhorar a qualidade de sua pluma.” Distribuiu os investimentos para essa atividade levando em conta: [...] “o clima e outros elementos físicos, destinou-os à plantação das variedades: herbáceo, quebradinho e mocó.” (GALLIZA, 1993: 57)

A variedade do algodão mocó foi a que melhor se adaptou às necessidades do latifúndio por três motivos: primeiro, por produzir um produto de qualidade inigualável na produção nacional de algodão e; segundo, por garantir um maior tempo de vida produtiva sem que o proprietário tenha que fazer novos investimentos em um curto espaço de tempo. E, por último, por deixar muitos restolhos para o gado após a colheita, uma vez que essa variedade se comporta muito bem na divisão de espaço com outras lavouras, ficando então muitas sobras de palha de milho, ramas de feijão, fava e as suas próprias sobras de folhagens e troncos. Entre os arrendatários, o tipo de algodão preferido era o herbáceo. Essa variedade era conhecida no Alto Sertão como algodão verdão e ou branco, esse fato se deve por seu caroço apresentar cor diferente do mocó. O fator mais importante para tão grande preferência dos rendeiros por esta variedade se deve ao fato da variedade do algodão herbáceo conseguir produzir pluma em média três ou quatro meses após o plantio, ou seja, em pouco tempo sanariam parte das suas dívidas com o proprietário. Já o arbóreo ou comumente chamado de mocó só conseguia produzir alguns meses após o início da colheita do herbáceo.

A forma de produção de algodão na Paraíba permaneceu sem muitas mudanças tecnológicas até a segunda década do século XX.

Mesmo havendo algumas diferenças culturais na forma de produção de algodão em virtude de sensíveis condições naturais de cada subespaço. De modo geral o algodão era produzido pelas famílias do Alto Sertão paraibano da seguinte forma: A partir de Junho o camponês iniciava a derruba das matas, geralmente acompanhado pelos filhos a partir dos 10 anos de idade em diante, esse desmatamento era feito ainda no período chuvoso para aproveitar as folhagens verdes, que ao secarem se transformavam em substrato para facilitar a queima das brocas<sup>6</sup>, e assim, diminuiria o trabalho com os

---

<sup>6</sup> Tipo de derruba da mata com foice, muito comum na Região Nordeste, para abrir espaço na terra ocupada por vegetação nativa para queima e plantação de gêneros agrícolas. Hoje, embora ainda permaneça como prática na Região Nordeste, mas é pouco utilizada pela inviabilidade nas questões ambientais e pelo desgaste e empobrecimento do solo.

garranchos e coivaras que restavam. Essas queimas ocorriam durante os meses de Outubro à Dezembro.

Alguns agricultores mais cautelosos e com maior número de filhos homens em casa, procuravam concluir o preparo do solo bem antes do período chuvoso, isso poderia lhes permitir ganhar ou trocar diárias em outras roças uma vez que, a sua roça já se encontrava pronta para plantação nos primeiros sinais de inverno. Não havia grande preocupação com a qualidade das sementes de algodão. Essa preocupação não fazia parte da cultura dos agricultores, conforme atesta Galliza (1993): “Não havia a preocupação de selecionar as sementes nem de plantar a variedade, levando-se em conta as condições geográficas.” (GALLIZA, 1993: 53-54)

Apenas os gêneros agrícolas para subsistência recebiam essa atenção como era o caso do feijão, do milho, da fava e etc. uma vez que, durante os anos de chuvas mais regulares, o camponês selecionava as sementes de melhor qualidade e guardava para o plantio do ano seguinte. Já o caroço do algodão era fornecido - antes do incentivo do governo (1922 em diante), pelo proprietário da terra<sup>7</sup>.

É importante destacar que após o preparo do solo o algodão era plantado sem muito cuidado. A medição dos espaços entre as fileiras, o distanciamento e profundidade das covas, variavam de acordo com o tipo de terreno e a habilidade do trabalhador. Nessa etapa da produção praticamente toda a família era envolvida. Começando pelos pais até as crianças de menor idade. Na fase denominada de limpa, da mesma forma que a broca, apenas os braços mais fortes da casa eram empregados, pois o desgaste de energia era muito grande e os trabalhadores necessitavam que as mulheres se encarregassem da alimentação, que quase na totalidade das vezes não supriam as necessidades alimentares. Só após a primeira limpa, - que variavam entre três e cinco - ocorria a introdução do plantio de outros gêneros agrícolas<sup>8</sup> o feijão “tardão”, o milho, a fava e outros. O feijão ligeiro era plantado à parte numa área denominada de lastro, assim, em pouco menos de três meses já estivessem sendo colhidas as vargens ainda verdes, ricas em ferro e outros nutrientes. Vale destacar que a base da alimentação dos pequenos produtores era o milho. A alimentação iniciava-se com o desjejum que era

---

<sup>7</sup> Vale destacar que, as sementes, os equipamentos utilizados na produção, o pagamento pelo uso da terra e o fornecimento de gêneros de primeira necessidade e vales compras em outros estabelecimentos não seguiam uma regra comum, variava muito entre cada proprietário e cada camponês.

<sup>8</sup> O plantio de outras consociadas com o algodão só ocorria posteriormente, isso garantiria que o algodão não seria sufocado por lavouras de rama como o feijão e fava.

feito com beiju<sup>9</sup>, fubá ou cuscuz, o almoço era baseado em muito feijão com cuscuz ou farinha acompanhado com alguns pedaços de carne e toucinho de porco e ao cair da tarde completava-se a alimentação com mugunzá ou outros derivados de milho verde e leite. Uma característica bastante curiosa e muito comum na região que hoje corresponde ao município de Bom Jesus – PB, descrita pelos moradores, era a prática de conservação da carne suína. Os camponeses tinham liberdade para criar algumas galinhas, porcos e outros animais.

Uma característica importante na criação e consumo de suínos era forma de conservar a carne e a divisão do animal. Na maioria das vezes os animais eram entregues aos moradores para que os mesmos criassem os animais de meia com o proprietário das terras. Quando o animal atingia o tamanho ideal para corte matava-se geralmente na madrugada do sábado para o domingo - para não comprometer a jornada de trabalho semanal - metade do animal era entregue ao dono e a outra metade ficava com o agricultor que tinha criado o animal. O proprietário vendia sua metade para os outros moradores na manhã do domingo, enquanto que o agricultor fazia uma espécie de pré-fritura, com bastante tempero e muita banha, ainda quente era despejado em um pequeno pote de barro, sendo intercalados os pedaços de carne com osso e bastante banha e gordura suína. Essa carne permanecia em conserva pela grande quantidade de tempero, sal e muita banha sendo consumido apenas em ocasiões especiais como domingos, feriados e outros acontecimentos. Quando o animal era apenas do morador esse animal era dividido com a vizinhança e parentelas, de forma que havia um compromisso de ajuda mútua entre os moradores da localidade, pois todos tinham consciência e conhecimento do sofrimento dos parentes, desta forma, usavam dessa parceria para amenizar as dificuldades e sofrimentos.

Voltando ao laborioso ciclo do algodão. A colheita variava de acordo com o período em que iniciava o inverno. Em anos cujo plantio era feito mais tarde, as primeiras “apanhas” demoravam acontecer. Outro fator considerável na variação da colheita era a variedade cultivada, o tipo arbóreo (conhecido no Alto Sertão como mocó ou algodão preto) quando plantado em Janeiro, começava a produzir uma pequena safra de Outubro em diante, isso no primeiro ano de vida produtiva. No segundo ano, a colheita dessa variedade iniciava-se no mês de Agosto. Já o algodão herbáceo -

---

<sup>9</sup> Embora em muitas Regiões do país essa iguaria é feita com goma ou massa de mandioca, no Alto Sertão ela é feita de massa milho, assada em um prato de barro, alumínio ou ferro para o café da manhã.

conhecido como verdão ou algodão branco - tinha um ciclo de vida curto e por isso, quando plantado em Janeiro (dependendo do ciclo de chuvas ou invernos), sua colheita só era iniciada em Junho ou Julho. Seu ciclo produtivo não passava de um ano. Essa variedade não resistia ao período de maior estiagem que são os meses de outubro, novembro e dezembro.

A modernização da produção de algodão não ocorreu de forma homogênea, embora o governo tenha despendido alguns investimentos nesse sentido, mas a ampliação das terras cultivadas e o aumento da produção só ocorreram em virtude da ampliação do próprio mercado interno, da compra garantida do algodão mocó no exterior e por último a ausência de outra atividade geradora de capital econômico para o sustento dos agricultores, ficando assim sujeitos à oferta do proprietário.

Mesmo com a pouca modernização no processo produtivo do algodão os fatores citados anteriormente contribuíram para que a Paraíba se tornasse um dos principais Estados produtores do Nordeste, internamente as Regiões que mais contribuíram para essa posição privilegiada da Paraíba foram o Cariri e o Sertão. Embora o ano de 1921 tenha sido registrado uma sensível queda na produção estadual, tal fato tem como fator determinante as condições adversas das periódicas secas iniciadas em 1919. Porém, o governo percebendo a importância do produto para o Estado concentra esforços em parceria com técnicos, proprietários de terras, comerciantes e industriais no sentido de transformar o processo produtivo considerado antiquado para melhorar a qualidade do produto e quantidade de áreas cultivadas.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo no sentido de melhorar a qualidade do algodão produzido no Estado foi a distribuição de sementes de três variedades de algodão o mocó, quebradinho e herbáceo, permitindo que cada uma das três sub-regiões produtoras da Paraíba - Agreste, Cariri e Alto Sertão - pudessem optar pela variedade que melhor se adaptasse às questões naturais do lugar.

Conforme mencionamos anteriormente a aquisição das sementes de algodão pelos agricultores rendeiros era feita com o próprio proprietário das terras, sendo assim, o arrendatário ficava sujeito aos preços exorbitantes cobrados pelo caroço de algodão, por sinal, sem qualquer qualidade. Nesse sentido, visando melhorar a qualidade a quantidade e diminuir a prática exploratória comum nessa atividade, o governo introduz "a prática de distribuí-las, gratuitamente, aos lavradores pobres" (GALLIZA, 1993:57).

Só no biênio 1924-1925, foram distribuídas duas mil arrobas de sementes da variedade herbácea em todo Estado, para os produtores pobres. Porém, foi com a criação do “Serviço do Algodão”, que as ações governamentais se tornaram mais completas no sentido de produzir racionalmente.

Com os estímulos propiciados pela Delegacia do Serviço do Algodão:

Os lavradores e assalariados afeitos ao manejo rude da enxada e da foice, aprenderam a conduzir as máquinas agrícolas. À medida que se iam aperfeiçoando, repudiavam os métodos rotineiros e irracionais de trabalhar a terra, os quais esgotavam o solo e exauriam-lhes as energias físicas. (Idem, 1993: 60)

No entanto, como de praxe, a apropriação dos serviços prestados por essa Delegacia aos produtores de algodão contempla os latifundiários e ocupantes de cargos legislativos e executivos no Estado, uma vez que a grande maioria dos políticos paraibanos eram detentores de grandes propriedades fundiárias. Assim, com a elevação dos preços do algodão no mercado externo e interno a Paraíba se transforma no maior celeiro de algodão do país. Como podemos observar na Tabela a seguir:

TABELA I

Produção de algodão dos Estados brasileiros – ano 1916

| Estados produtores  | Quantidade em quilos |
|---------------------|----------------------|
| Paraíba             | 20.600.000           |
| Ceará               | 18.500.000           |
| Rio Grande do Norte | 17.700.000           |
| São Paulo           | 17.613.000           |
| Pernambuco          | 16.500.000           |
| Maranhão            | 12.900.000           |
| Minas Gerais        | 6.388.000            |
| Alagoas             | 6.200.000            |
| Piauí               | 4.200.000            |
| Sergipe             | 2.900.000            |
| Bahia               | 2.500.000            |
| Pará                | 2.300.000            |
| Rio de Janeiro      | 729.000              |
| Paraná              | 400.000              |
| Goiás               | 320.000              |
| Espírito Santo      | 200.000              |
| Amazonas            | 120.000              |

FONTE: *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Germiniano Lyra de Castro, ano 1926.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p. 5.

Mesmo havendo um grande incentivo para modernização da cultura de algodão no Estado, a parcela mais significativa de produção de algodão continua sendo mantida pela produção familiar de posseiros, rendeiros e lavradores humildes que praticamente não mudaram sua forma de produzir. A única mudança que beneficiou os pequenos produtores e que só conseguiu chegar a um número considerável de lavradores a partir de 1930 foi a distribuição de sementes de algodão.

No sertão paraibano, por exemplo, a maior parcela da produção continua nas mãos dos pequenos lavradores desprovidos de chão próprio para labuta diária. O lucro da produção de algodão do pequeno produtor variava muito de um lugar para outro, ou, também, conforme as questões climáticas de cada lugar e, sobretudo, através do acordo entre o arrendatário e proprietário.

Conforme já apontamos algumas vezes nesse capítulo, a modernização da produção camponesa no Estado da Paraíba não atingiu todos os setores e segmentos produtivos, os investimentos desprendidos pelos governos através da criação de órgãos públicos como IFOCS, SUDENE, DNOCS e outros, para resolver os problemas estruturais de produção e melhoria de vida das famílias dos camponeses, não conseguiram chegar à parcela mais pobre população paraibana. O próprio INCRA que mesmo tendo realizado alguns estudos e programas de colonização e desapropriação de terras, não consegue atingir os objetivos almejados. Esse fato é atestado por Andrade (1987) quando afirma que:

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realizou estudos nas áreas prioritárias de reforma agrária (...). O programa de modernização da agricultura, porém, apesar da atuação dos numerosos órgãos e da mobilização de grande número de técnicos de nível médio e superior, não vem correspondendo até agora aos objetivos visados. (ANDRADE, 1987: 96)

Assim, a parcela da população desprovida de terras, mesmo com a criação de órgãos para amenizar os problemas agrários, continua sem ter acesso a um pedaço de chão para retirar seu sustento.

### **III CAPÍTULO**

#### **LUTAS CAMPONESAS NO SERTÃO PARAIBANO: Trabalho e Terra em Bom Jesus**

Após a Primeira Guerra Mundial (1939 – 1945) o Brasil, inserido no contexto mundial econômico vislumbrava a perspectiva de desenvolvimento interno pois durante a guerra muitos foram os produtos exportados para os países litigantes e a euforia dos “anos dourados” contagiava até mesmo os mais pessimistas.

O Brasil, com dimensões de um continente, começava a tentar resolver algumas questões internas que eram consideradas um entrave ao desenvolvimento do país.

A transformação da produção tanto da indústria como do campo necessitava de vultosos investimentos para transformar uma produção arcaica, esses investimentos foram conseguidos através da iniciativa privada e de capital estrangeiro, assim o governo brasileiro ficou à mercê da burguesia interna e do capital internacional. Esse modelo de desenvolvimento transformou o país no campo perfeito para a ação imperialista condicionando o aumento da inflação e da miséria no campo.

Essa transformação no modo de produzir trazia uma nova perspectiva política bafejando um discurso democrático, em que a liberdade política era o esboço da fantasiosa modernização do processo produtivo. Dizendo de outra forma, a capitalização e modernização do modelo produtivo brasileiro estavam muito distantes de atingir um modelo de produção racional. Da mesma forma, a democracia política, ao mesmo tempo em que dava oportunidade de escolha dos representantes nos cargos executivos e legislativos podava a liberdade de ação das entidades camponesas.

Nos principais centros urbanos do país a modernização e a democracia vieram com uma velocidade muito maior que no campo.

No meio rural, a exclusão dos trabalhadores rurais das decisões sociais e políticas demorou muito mais tempo para ser desfeito. Essas exclusões foram sendo construídas ao longo de muitos séculos de trabalho compulsório e mantidas através da dominação econômica, social, política e cultural. As ações muitas vezes truculentas e arbitrárias causavam medo e até “conformismo” em muitos agricultores.

Mas, embora essas ações tenham limitado o desenvolvimento da organização dos trabalhadores do campo não conseguiram calar e conter o desenvolvimento de resistência ao estado de exploração por aqueles que se disponibilizaram a enfrentar e morrer por causas coletivas.

A história mais concreta desses movimentos disseminada pelos veículos midiáticos, políticos e acadêmicos tem como ponto inicial dessa resistência a fundação das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, mais precisamente no engenho Galiléia.

Na Paraíba, as Ligas Camponesas se tornaram o ponto de aglutinamento das manifestações de resistência contra as condições subumanas de trabalho e falta de liberdade imposta por muitos latifundiários. Essas condições subumanas de trabalho e relação social incluíam a exploração sexual dos coronéis com as filhas dos agregados e moradores, o cambão<sup>10</sup>, salário rebaixado e outras formas de exploração na vida camponesa.

Inseridas na Paraíba a partir da década de 1950, teve como principais lideranças do movimento no Estado João Pedro Teixeira, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, Francisco de Assis Lemos entre outros, as Ligas Camponesas paraibanas tiveram as ações mais bem planejadas e com maior número de associados que o país já registrou.

As principais reivindicações dos membros das Ligas Camponesas eram o fim do cambão, o acesso digno à terra e a promoção da justiça social, conforme descreve Pereira (2009) “A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões, que obrigava o camponês e toda família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana”. (PEREIRA, 2009: 102) Essas reivindicações eram feitas a partir de movimentos coordenados, em que: “Reuniam-se

---

<sup>10</sup> Segundo Gorender, O cambão significava “a obrigação que tinha o morador de dar dias de trabalho gratuito; uma mão de obra familiar em que entrava o chefe de família, os filhos, as mulheres, o irmão, o cunhado, a família toda” (GORENDER apud STÉDILE, 1994, p. 24-30).

em torno de 500 a 5000 camponeses em lugar determinado para o encontro” (SOUZA *apud* PEREIRA, 2009: 102) e que cada membro sabia da importância e do perigo daquele movimento, tanto era que:

Traziam foices, facões e espingardas. Temiam encontrar alguma resistência e assim poderiam se defender. Saíam pela estrada, entrando nas fazendas, faziam uma parada, a uma distância de 200 a 300 metros e, em seguida, todos corriam, cercando a propriedade. Em seguida, três ou quatro dirigentes ou delegados entravam na casa grande e, após argumentar com o fazendeiro, exigiam o fim do cambão. A partir daquele dia, o camponês passaria a pagar o foro, em dinheiro, passando a receber também, em dinheiro, os dias em que trabalhassem na propriedade. (Idem, *ibidem*, 2009)

É importante ressaltar que à medida que as Ligas iam se organizando e unindo-se ao ponto de transformarem-se em federações, concomitantemente, a ira dos latifundiários também aumentaram. Muitos usineiros percebendo o avanço das Ligas Camponesas, tanto em número de membros, na organização dos associados e nas formas de reivindicar melhores condições de trabalho e distribuição de terras começaram a usar da violência para reprimir e amedrontar os membros. Os principais alvos dos usineiros e latifundiários foram as lideranças e representantes das Ligas que se encontravam distribuídos pelos vários municípios do Estado da Paraíba.

As primeiras formas de repreender e punir os “agitadores do campo” foi a derrubada das casas, a destruição de muitas lavouras e a expulsão dos camponeses dos terrenos das usinas. Não tardou para que o primeiro assassinato ocorresse. No dia 14 de março de 1961, Alfredo Pereira do Nascimento é assassinado pelo sargento da polícia, Manoel Pereira, capanga e pistoleiro que entrara na polícia através de indicação, e muito protegido pelo coronel Pedro Ramos. Nesse mesmo ano o líder Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) foi alvejado em pleno centro de Sapé.

Para cada manifestação feita pelos líderes das Ligas os fazendeiros tomavam uma medida que ameaçava e reprimia o avanço dos associados. Em contrapartida, os rebelados usavam a organização e a união como forma de resistência.

Meu tio tinha uma roça que arrancou pra fazer farinha; limpou o terreno e plantou; o fazendeiro senhor de engenho foi e arrancou e plantou cana. A gente foi arrancamos a cana, plantamos a maniva. No outro dia, ele arrancou

a maniva, plantou a cana e a gente arrancamos a cana e plantamos a maniva. Eu sei que plantou-se e terminou meu tio ficando com o terreno, até na data que saímos de lá”. Antonio Francisco de Andrade (p. 57) refere que, na fazenda Maraú, o fazendeiro mandou colocar o gado na plantação de um camponês. Os trabalhadores se organizaram, “armados de revólver, de foice, de espingarda, de machado, de enxadeco, de toda qualidade de arma da agricultura. João Pedro, então falou: “ Eu só vou sair daqui com o dinheiro da indenização do trabalhador no bolso. Aí a gente ficou também, se não, se ele ficasse sozinho lá, o patrão matava. Aí nós ficamos. Só saímos com ele”. (PEREIRA, 2009: 107)

Em muitos casos, pequenas ações de grupo mostram o quanto esses camponeses eram organizados no sentido de pertencimento, ou seja, cada membro ou associado tinha um compromisso de ordem ética que acabava colocando-os na mesma fileira, ligados por ideais de “liberdade” e “resistência” em prol de um bem coletivo.

Contra esses assassinatos e perseguições fortes gritos ecoaram na maior manifestação que o Estado já viu em defesa dos direitos do camponês. No dia 13 de maio de 1962, em João Pessoa, mais de vinte mil pessoas adeptas das causas camponesas se reuniram na capital do Estado para uma caminhada que segundo Pereira:

Protestaram “contra o cambão, cabocó, o pulo da vara, a compra na folha, o roubo no peso, o barracão, a derrubada dos casebres, a destruição dos seus roçados, a violência dos capangas e da polícia, a expulsão do campo e a punição aos culpados pelo assassinato de João Pedro Teixeira e de outros líderes”. (SOUZA *apud* PEREIRA, 2009: 108)

Nos primeiros anos de luta das Ligas Camponesas algumas entidades guardaram seus ideais no bolso temendo a perseguição e os assassinatos. A própria Igreja católica se manifestou favorável aos usineiros e latifundiários. Usando o discurso de sindicalizar os movimentos camponeses, queria, na verdade, conter o avanço da política de esquerda no campo.

Após o golpe militar de 1964, ano em que ocorre um sangrento conflito entre camponeses, militares, jagunços e capangas, quando as Ligas Camponesas deixaram de existir como instituição, é que a igreja católica começa a tracejar uma linha de apoio aos movimentos camponeses.

A partir dos anos 70 e 80, as “resistências” eram acompanhadas de perto por equipes que incluíam vários representantes da Igreja, adeptos da causa camponesa,

Dessa forma, a exploração não é só repressora pode ser também produtora e heterogênea, “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (FOUCAULT, 1993: 248)

Sem dúvidas que existem uma infinidade de formas e modelos de compreender as relações sociais nas sociedades humanas. Cada método, cada modelo e cada técnica usados dependem de fatores que condicionam a melhor forma de compreensão desses objetos de estudo. Esses fatores podem ser de caráter ideológico ou mesmo de ordem prática, ou seja, podem fugir da questão ideológica pelo simples fato de ser o método mais eficaz no momento para alcançar o resultado mais satisfatório na pesquisa. Esclarecendo melhor, mesmo que o pesquisador seja adepto de um método de pesquisa por questões ideológicas ou por outros fatores não pode ficar preso ao seu ideário cético, pois pode correr o risco de não aplicar o método correto em uma dada pesquisa.

Para nós, cada estrutura da sociedade, cada objeto ou cada segmento da experiência humana requer uma forma diferente de pesquisa.

Nesse sentido, o pesquisador podendo ser eclético no método aplicado em uma dada pesquisa poderá encontrar respostas mais significativas em um modelo e utilizando outro isso poderá não ocorrer.

Levando-se em conta essa proposta, iremos apresentar a idéia de Marilena Chauí. Debruçada sobre a questão da cultura popular no Brasil, a autora refuta a idéia de que a cultura popular é única e monolítica, contrapondo-se ao modelo de cultura dita como ilustrada ou da elite. Para Chauí, a cultura popular no Brasil é encarada como dicotômica, quando observados os elementos que se contrapõe à exploração dessa cultura do povo, ou é ou não é. No entanto, a autora prefere partir para uma concepção mais democrática, menos arbitrária, usando o conformismo e a resistência de forma policêmica, capaz de agregar o antagonismo da resistência e do conformismo em elementos ambíguos, desta forma, poderiam tornar-se-ia mais compreensíveis.

Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação. (CHAUI, 1994: 124)

Assim, compreendemos que não é utilizando a resistência como modelo pronto e acabado que podemos entender determinadas práticas. O modelo de análise proposto por Chauí pode nos trazer uma contribuição bastante clara a cerca dessa problemática, devemos também pensar em um conformismo e uma resistência interagindo simultaneamente, *capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar*.

Nas palavras de Foucault, em *vigiar e punir* o corpo submisso, transformado, docilizado se adapta as mais hostis situações impostas pela vida moderna. “É pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”. (FOUCAULT, 2004: 150) Por isso, é que, devemos ficar atentos para perceber que durante a exploração do *homem pelo homem*, a submissão ou conformismo poderá está camuflando elementos de resistência. Por sinal, essa tarefa não parece ser muito fácil. Ao analisarmos as relações sociais no campo, percebemos que, muitos estudiosos da questão camponesa, acabam interpretando a resistência ou conformismo como elementos dissociados um do outro.

Fugindo às questões teóricas, nas palavras de muitos pesquisadores, a exploração dos camponeses sempre foi acompanhada de submissão por causa da repressão e, ou, resistência que da mesma forma foi sufocada por perseguição e arbítrio.

Nessa concepção, a violência no campo está na base do processo de apropriação privada da terra e na sua consolidação. Isto é, ela é um elemento interno à organização agrária. Manifesta-se de forma mais evidente, quando os excluídos levantam-se contra o pacto estabelecido entre a aristocracia rural e o Estado ou quando nem mesmo algumas cláusulas do pacto são respeitadas pelos proprietários. Ela envolve três atores principais: os proprietários de terra, produtores diretos sem terra ou com acesso precário a ela e o Estado. (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 321)

Outra forma de entender as reações de resistência e conformismo frente à exploração é o modelo utilizado por Rangel:

Contar a história das Ligas a partir dos vários projetos que, a partir de meados da década de cinquenta, colocaram em evidência no cenário nacional a questão da reforma agrária, assim como investigar a confluência entre esses projetos. A escolha foi não privilegiar e também não hierarquizar essas experiências, mas entender os recursos, os limites e as formas específicas dos grupos políticos que se constituíram durante o processo de criação do

movimento social, e, quando a documentação permitiu, considerei também as incisões individuais nesses projetos. (RANGEL, 2000: 17)

A abordagem revela que é possível buscar um entendimento sobre um dado objeto sem necessariamente ter que privilegiar as experiências. O olhar que devemos lançar sobre um determinado acontecimento deve ser imparcial, observando especificidade de cada grupo ou ato particular.

Observando o trabalho desenvolvido por Rangel, podemos redimensionar a abordagem e os olhares até então postos, Rangel busca outro foco para entender as Ligas, buscando entender as tramas, as intenções e os agentes que possibilitaram o surgimento das mesmas. Rangel acaba evidenciando que pairava sobre aquela região querelas antigas de ordem política, social, econômica e cultural que tinham repercussões e que repercutiram a nível nacional. Nesse sentido as Ligas não surgem como movimento abortivo, insurgente, subversivo à realidade, mas como ator e sujeito dentro de um teatro e de um palco armado em que estavam em voga discussões diversas a respeito da terra, da questão agrária, do nacionalismo, da modernidade, da civilidade, do desenvolvimentismo, do avanço comunista, da reação capitalista, e etc, e, que as Ligas tornam-se pano de fundo dessa trama que acaba vitimando e tornando-as réus, justificando ações e posturas diversas que eram latentes e de outras que emergem. Nesta perspectiva Rangel acaba por revelar que o verdadeiro conflito estava fora das Ligas e não nelas, mas que acaba por servir como justificativa para que projetos distintos pudessem se consolidar, assim, esses conflitos acabaram levando ao massacre das Ligas Camponesas.

Desta forma, vemos nessa abordagem um exemplo bastante válido para compreender as revoltas, os motins, a passividade, a conformação e etc. Totalmente distante desta visão, Gurjão entende que a Região sertaneja passou por um processo democratizante nas relações sociais camponesas, enquanto que, no Litoral ocorreu o contrário:

No Sertão a dominação dos potentados locais, desde o início de sua ocupação, permitiu que o coronelismo se instalasse com mais facilidade e maior estabilidade que no litoral e Zona da Mata. Tendo em conta que é sobretudo nas diferenças entre as relações sociais de produção que se moldam caracteres diferenciados nos padrões de dominação, torna-se inteligível que o mandonismo local apresente suas matizes diferenciados entre espaço açucareiro do Litoral e Mata e agro-pastoril do Sertão/Agreste. Enquanto no primeiro o predomínio das relações escravistas de produção

imprimiram maior vigor à aceitação do poderio senhorial; no segundo, as relações de produção baseadas na dominação pessoal, no compadrio, na dependência direta do trabalhador ao fazendeiro permitiram maior flexibilidade nas relações de dominação-submissão, legitimando mais facilmente o poderio do fazendeiro. (GURJÃO, 1994: 42-43)

Da mesma forma, Gurjão citando Orris Barbosa, assegura a sua afirmativa quanto à submissão do lavrador sertanejo:

No drama secular da conquista do solo nordestino (...), vem se caldeando a paciência férrea de um povo ao par de um espírito fatalista, proveniente da atormentação infligida pelo complexo desencadeador de suas contradições sociais: a secca, o grande senhor de terras ociosas e o chefe político, agentes das agressividades climáticas, econômicas e sociais da região. Esses têm sido os três elementos básicos da desgraça nordestina. Dahi a impressionante submissão dessas massas analfabetas, que mesmo no auge da miséria, suportam, quase sem protesto algum, o inferno real da fome e da sede, como se toda quella conjucção de factores adversos fôsse proveniente de uma lei natural "(GURJÃO, 1994:43)

Diferentemente dessa concepção, acreditamos que a resistência foi praticamente uma regra - mesmo percebendo que muitos trabalhos atestam o contrário, afirmando que a regra era a submissão e o conformismo - vemos nas fugas, no banditismo, no messianismo, na elaborada organização das Ligas e na mais simples técnica individual ou coletiva, desenvolvida para driblar ou minar aquele estado de exploração a essência da resistência camponesa.

### **3.2 - Relações de trabalho no campo: a produção de algodão no município de Bom Jesus-PB**

Falar a respeito desse tema nesse recorte espaço temporal (a produção de algodão em Bom Jesus, nas primeiras décadas do século XX), é o mesmo que falar da minha experiência de vida. Cresci ouvindo tudo o que acontecera na fase áurea da fazenda Aroeira. Sua ocupação, os personagens, os excluídos, os amores, as técnicas de produção, as tramas sociais e tudo que era trazido a mim através dos discursos melancólicos/saudosistas e traumáticos/repulsivos.

Os depoimentos, os relatos e as “histórias” narradas pelos moradores de Bom Jesus eram os documentos vivos de um período. O trabalho, os sofrimentos, as alegrias e o cotidiano em geral da população do Lugar, não tinham sido sistematizados por trabalhos de pesquisa científica. A história da formação do município de Bom Jesus diminuía toda vez que um morador caía no esquecimento ou falecia. O livro do professor Eliomar Brito (Fatos e Personagens da História de Bom Jesus) foi o primeiro trabalho de sistematização desse processo histórico.

Os livros, as anotações, as construções arquitetônicas, as fotografias, as representações culturais e os depoimentos de moradores são fontes que têm seguramente a mesma validade. As fontes orais são importantes para resgatar a história dos meios mais populares. Para Montenegro: “vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais” (MONTENEGRO, 2001: 16 apud MORAES, 2009: 27)

De forma geral, a produção de algodão no município de Bom Jesus só ganhou força a partir das primeiras décadas do século XX, quando os negócios do senhor Sebastião Bandeira de Melo se tornaram a principal fonte de emprego e renda na então Fazenda Aroeira: “A usina gerava emprego e renda, o período de maior movimento foi de 1920 a 1930, esse período ficou conhecido como a “era de vinte”, no entanto se prolongou até a década de quarenta” (BRITO, 2000: 46). A usina a cima citada garantiu, durante quase três décadas, compra certa para o algodão, pois o tipo de algodão produzido na Fazenda Aroeira (mocó) tinha uma fibra de grande qualidade. Sendo produzido nas suas terras e beneficiado na usina do mesmo proprietário das terras, gerava rendas ao latifundiário, aumentando consideravelmente suas riquezas:

Eu não sei precisar com certeza o tamanho das propriedades de papai. Era muito grande. Ele tinha terra no Escurinho, no Xerém, na Ingá, na Serra da Areia - pra onde ele botava o gado na época seca -, na União e outros canto que eu não lembro agora, só sei que era muita terra. Na época da usina, quando papai vivia mais na fazenda que em Cajazeiras, saiam muitos caminhões carregados de algodão para São Paulo. Nessa época diziam que ele estava entre os maiores produtores de algodão da região. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Entrevista nº 04. Gravação original e transcrição arquivo pessoal, Eliener Dantas de Amorim.

No entanto, mesmo com essa enorme produção e os enormes lucros gerados por ela, não significou que as famílias dos lavradores - grandes produtoras de algodão - tivessem significativa melhora nas condições de vida.

Enquanto o proprietário ampliava as ruas, rendas, lucros, divisas e ampliavam as áreas cultiváveis, as famílias dos lavradores viam o fruto do seu trabalho ser transportado por caminhões, trens, tropeiros e juntas de boi sem deixar quase nada de renda para esses produtores.

Só para se ter uma idéia do tamanho da riqueza gerada por esse produto na Região, a Fazenda Aroeira que na década de 1920, que não figurava ainda como distrito de Cajazeiras, já possuía no seu pequeno povoado a estrutura que algumas cidades pequenas da Paraíba não possuíam, por exemplo: uma feira livre, um rebanho bovino que ultrapassava mil reses, fornecimento de couro, banana e queijo, uma usina de descaroçamento e enfardamento da pluma de algodão, energia própria na usina e algumas ruas do povoado a partir de um gerador de energia movido a diesel e um número considerável de transporte de carga que fazia inveja a muitos outros centros urbanos do Alto Sertão paraibano nas décadas 1920 a 1940 que comumente eram os caminhões, as tropas de-muares, os jumentos e outros meios. Tudo isso apenas atestam as divisas geradas pelo algodão e seus consorciados.

Porém, é importante destacar que antes da década de 1920, as terras da então Fazenda Aroeira eram bem mais descentralizadas que a partir desta década. Ou seja, o grande agropecuarista Sebastião Bandeira de Melo ampliou suas propriedades através da compra de terras no período do “boom” algodoeiro. Prova dessa afirmativa são os documentos analisados de doação de terrenos para a construção da capela na Fazenda Aroeira, onde, a Mitra Diocesana de Cajazeiras recebeu a doação de um terreno de oito proprietários diferentes, ou seja, havia muitos pequenos proprietários de terra no pequeno lugarejo.

Sabemos que numa economia capitalista em que as relações sociais geram desigualdades, as classes tendem a ficarem mais díspares quando ocorrem exploração e opressão. Nas principais atividades agrícolas da Paraíba nos séculos XIX e XX o latifúndio era a regra, já a exceção só era registrada em poucas áreas como as do Agreste paraibano. No Sertão, havia poucas propriedades de tamanho pequeno. A cidade de Cajazeiras era considerada uma exceção, pois não havia números

significativos de participação como unidade produtora, quando comparada com a média estadual. Segundo Moreira & Moreira (1997):

A faixa do extremo oeste do Estado (principalmente ao sul de Cajazeiras), deve ser sublinhada. Nela, de um modo geral, eram baixas as participações tanto das pequenas quanto das grandes unidades de produção, quer em relação ao número, quer em relação à área total dos estabelecimentos. Daí, encontrarem-se na região de Cajazeiras baixos índices de concentração da propriedade fundiária em relação à média estadual. Dizendo de outra forma, os pequenos valores do índice de Gini<sup>12</sup>, nessa região, antes de representarem um acesso mais democrático à terra, exprimem um menor coeficiente de dispersão das distribuições dos estabelecimentos segundo a área e o número. (MOREIRA & MOREIRA, 1997: 184)

Na fazenda Aroeira, que se encontrava encravada nos limites territoriais dos municípios de Cajazeiras- PB e Ipaumirim- CE, todas as suas terras estavam concentradas nas mãos de praticamente um só proprietário. No entanto, a sua propriedade não se registrara como grande área produtora, por que parte da propriedade do senhor Sebastião Bandeira ficava situada na área correspondente ao Estado do Ceará, desta forma acabava não figurando no índice do desempenho produtivo paraibano.

Como síntese dos dois últimos parágrafos, podemos afirmar que a Fazenda Aroeira era uma exceção da regra da cidade de Cajazeiras, pois o município cajazeirense tinha poucos registros de latifúndio quando comparado com os municípios sertanejos. Podemos registrar também, que segundo o índice de Gini, dos estabelecimentos produtivos, situados em terras não contínuas de um único proprietário, apenas uma das várias unidades de produção é registrada como propriedade, as outras não são captadas pelo índice.

Com relação ao fator que revela a falta de mão de obra, quando analisamos a entrevista n° 02, percebemos que não havia consciência dos trabalhadores em relação a esse fato. Pois a mão de obra era mantida e disputada sob o signo da opressão.

E pra ganhar um dia de serviço, fora, e você tinha que trabalhar..., você tinha que sujeitar a ele. Se você era um particular, se pagasse um dia de serviço, por exemplo. Se ele tava pagando de mil e quinhentos réis, uma prata de dez toins e uma prata de quinhentos réis. E fazia mil e quinhentos sabe, e se você

---

<sup>12</sup> O índice de Gini é uma medida de concentração. Ela varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo da unidade, maior o grau de concentração. É importante ressaltar, que esse índice não considera os trabalhadores sem terra.

tivesse pagando por dois. Eu num podia ir ganhar os dois mil réis seu. Porque eu morava de morador, na casa dele. E eu tinha que trabalhar a ele. Se eu fosse trabalhar a você, ganhando os dois mil réis, quando fosse de noite ele pedia a barraca, a casa dele. “Ei, eu quero morador e..., pra trabalhar pra eu, eu num quero trabalhador pra trabalhar pra fulano de tal, lá fora não”. Mas rapaz, mas ele paga lá fora melhorzinho. “Não, tem isso aqui não. Você tem que trabalhar é aqui. Ô você trabalha aqui, que aqui eu pago direto. E..., lá, você num é morador. Você vai, trabalhar a ele lá? E o que eu digo é isso”. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>13</sup>

A exploração e a opressão são assinaladas, na maioria das vezes, como regra desse modelo de produção na Região semiárida. Outra constante que podemos registrar ao analisarmos esse depoimento era o conformismo. Conformação que, de acordo com Gurjão (1994), vai além do simples fato do lavrador não ter para onde ir. A questão é muito mais complexa. Fatores como filhotismo e compadrismo foram usados pelos proprietários para legalizar e legitimar a conformação diante da exploração.

Constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam porque a tornam mais consentida e aceita por todos. Ele já será ouvido como um protetor, quase um pai. Há mesmo um rito que se aproveitará para sancionar a situação e as novas relações: o testemunho nas cerimônias religiosas do batismo e do casamento, que criarão títulos oficiais para elas: padrinho, afilhado, compadre”. (GURJÃO, 1994: 44)

Baseado nas afirmativas da citação anterior, concluímos que de fato ocorreram muitas formas de exploração e que a submissão era regra para a região semiárida, durante a produção de algodão nas primeiras décadas do século XX. Porém, ainda resta algumas dúvidas. As dúvidas são os norteadores da nossa inquietação. Podemos resumir nas seguintes questões: Como era possível manter tanta mão de obra submissa se o ser humano é por natureza diferente? Se essa diferença, esse inconformismo foi a coragem de Francisco Julião e outros que se rebelaram dando origem às Ligas Camponesas, por que no Alto Sertão, mesmo com esses laços de legitimação do conformismo, não poderia haver “outro Julião”? Outro reforço para essas nossas inquietantes questões foi ter observado, em muitas conversas informais com pessoas que vivenciaram a exploração, algumas características de resistência.

<sup>13</sup> Entrevista n° 02, entrevista na íntegra e transcrição, arquivo particular Eliener Dantas de Amorim.

Vejamos o que responde o entrevistado quando perguntado a respeito da forma como eles reagiam diante da exploração;

Olhe meu filho, num tinha muito o que fazer não, porque..., era aquela história, ruim com ele, pior sem..., porque num tinha outro ganho. Aí nós ficava ali, meio quieto. Mas tinha gente que dizia as coisas..., que nem [<sup>14</sup>] que, não era. Falava e dizia, que num era daquele jeito a conta. A conta era do jeito que ela tava fazendo. [...] Era. Ele ficava dando risada, porque sabia que estava errado mesmo, não era. E o pior, era quando ia só nós que não sabia fazer as contas, pronto, ele apresentava a conta dele e nós ficava né, sem fazer nada. Mas, o que agente ainda podia fazer era, que nem eu disse, a gente ficava na boca do corredor, pra ir todo mundo junto, aí ele ficava com vergonha e num fazia, por que tinha uns que sabia ler. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>15</sup>

Percebe-se que diante de um número maior de camponeses, durante a pesagem do algodão, no final do dia, o latifundiário ou o seu gerente abusavam da exploração. Muitos reideiros esperavam pelos outros na encruzilhada das veredas e corredores que davam acesso às roças para que chegassem juntos, assim a presença de muitos lavradores, entre eles alguns que sabiam ler, intimidava e coibia o proprietário. Não era regra, mas percebe-se a estratégia de resistência desenvolvida pelos camponeses tanto na pesagem do algodão, como nas anotações do peso do algodão e dos gêneros de necessidade básica fornecidos no barracão, como também, durante o famoso “acerto de contas”, para contabilizar os custos e despesas da produção e o saldo restante, quando havia.

Da parte do proprietário percebemos que outras estratégias de resistência foram desenvolvidas. Ao analisarmos as entrevistas, constatamos que um número considerável de reideiros que praticavam o desvio de produção como tática de resistência e sobrevivência à exploração efetivada pelo patrão. Por outro lado, o proprietário também se apropriava de artifícios próprios para dificultar essa prática. Vistoriando as roças, se informando do tamanho da área cultivada e sabendo de quem era a plantação. Desta forma ele poderia ter uma rápida noção da média que cada tarefa de terra poderia produzir. Vejamos:

<sup>14</sup> Sobre o nome do reideiro, ver entrevista n° 03 na íntegra, cd entrevistas com camponeses em Bom Jesus. Original arquivo particular Eliener Dantas de Amorim.

<sup>15</sup> Entrevista n° 03, entrevista na íntegra e transcrição, arquivo particular Eliener Dantas de Amorim.

É, sempre ele sentava no armazém, no escritório lá, caneta na mão batendo. Aí ia perguntar por tudo. Quando ele tava desconfiando de alguma coisa, ele mandava [<sup>16</sup>] selar um animal, ele tinha uma burra de sela muito boa, ele tinha muito animal, mas ele tinha uma burra que era escolhida, só quem andava nela era ele. Aí ele botava a sela, [<sup>17</sup>] botava a sela e se lançava dentro das capoeira olhando. De quem é essa roça aqui? De fulano. E essa aqui? Fulano, e ele notando. Quantas tarefas? É tanto. Era assim que ele sabia quem tava roubando ele e quem num tava. Ele num dava de conta não, ele num dava de conta de tudo não, que era coisa de mais. [...] era, era propriedade de mais. Tinha aqui, tinha na União, tinha na Ingá acolá, tinha... acolá, acolá, tinha no Xerém, tinha no Mentrúz, tinha no Barro Branco, era terra de mais, por todo canto. Na Serra da Areia, na Serra do Mufunbo, na Vargem, na União, nas Ameixas. Aí num dava de conta não. Cada uma tinha um gerente. Mas, o gerente roubava. [...] Era, ele ia saber como era, os outros pagava as contas e aquele num pagava, o que era que aquele estava fazendo. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>18</sup>

De acordo com as entrevistas, todos os moradores do Coronel Sebastião Bandeira recebiam uma, ou duas vacas durante os períodos de maior escassez para retirarem leite e amenizar as dificuldades, pois, de acordo com os entrevistados, eles tratavam do animal com o maior cuidado como se fosse deles, utilizando os restolhos das vazantes. Percebe-se com essa estratégia que o agropecuarista diminuía o número de animais na hora de comerem pastos, intensificavam o cuidado em um número reduzido de animais e asseguravam a vida útil da escassa mão-de-obra.

Um último fato também muito importante, percebido mediante a análise das entrevistas. Durante a escolha do local das roças, alguns acabavam escolhendo lugares estratégicos para desvio dos gêneros agrícolas de subsistência. Lembro bem quando perguntamos, porque não desviavam algodão? A resposta foi taxativa em forma de questionamento: “Para quem nós iríamos vender se aqui na Região ele era o maior comprador de algodão? Já o feijão, a fava e o milho a gente dava um jeito de guardar”. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>19</sup>

Mesmo não tendo contato com as formas de resistência nos centros urbanos e sem organização sindical uma vez que, o primeiro camponês<sup>20</sup> da cidade a sindicalizar-se só ocorreu em 1969, sete anos após a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras (1962), percebemos que os camponeses de Bom Jesus

<sup>16</sup> Ver entrevista nº 01, cd: entrevistas com camponeses de Bom Jesus.

<sup>17</sup> Idem

<sup>18</sup> Entrevista nº 01, entrevista na íntegra e transcrição, arquivo particular Eliener Dantas de Amorim.

<sup>19</sup> Entrevista nº 09, original na íntegra e transcrição, arquivo particular, Eliener Dantas de Amorim

<sup>20</sup> Ver anexo B, ficha de filiação do agricultor Francisco Dias Carlos, no Sindicato dos trabalhadores rurais de Cajazeiras – PB.

desenvolveram varias formas de resistência, diferente das que estamos aceitamos como convenção. Assim, esse modelo de resistência poderia ter sido encarado como a arqueogenealogia da resistência no Sertão, mas não será lícito usar esse termo, em virtude de fugirmos do entendimento de um modelo orgânico de resistência, não necessariamente evoluiria para a uma resistência organizada, mas poderia ser única e essencial para aquele momento histórico.

## Considerações finais

Destacamos que de um total de 15 (quinze) entrevistas 11 (onze) destacaram as táticas citadas, principalmente quanto à escolha do local das roças. Nove entrevistados disseram que era comum esperarem pelos outros no final do dia para irem levar o algodão colhido para a pesagem.

Podemos também destacar que na pequena localidade, praticamente toda a população vivia do campo. Mesmo não sendo números precisos, mas de acordo com o senhor Domingos Gonçalves Moreira, mais de 90% da população tinha sua garantia de sobrevivência ligada ao campo.

A partir do exposto, concluímos que no Alto Sertão paraibano, na fazenda Aroeira, onde funcionou o pequeno império do coronel Sebastião Bandeira de Melo, voltado basicamente para a produção e beneficiamento de algodão, consorciado com a criação de gado bovino e muares, a exploração que se fez presente em praticamente todas as fazendas e povoados da Região sertaneja, na referida fazenda a regra de exploração também foi mantida. Onde quer que as bases do sistema capitalista tenham chegado, a regra das relações sociais entre patrão e lavrador acabaram se fundindo, gerando luta de classes. Em alguns casos se torna mais evidente a busca por melhores condições de vida, sendo que, a terra seria o melhor veículo para transformar as pobres condições de sobrevivência em uma proposta de vida sem tanto sofrimento, os sem terra acabaram por ficarem em desvantagem.

No entanto, com o avanço do sistema capitalista, que em outras sociedades acabou minando outras formas de economia, no Sertão paraibano, assim como no restante do Estado, esse modelo econômico gerou disputas e diferentes mecanismos de sobrevivência na sociedade sertaneja

Desta forma, a resistência e o conformismo são algumas das várias formas de adaptação dos indivíduos ao sistema capitalista em Regiões de condições diferentes, sejam elas naturais ou culturais.

Estamos cientes, então, que diante da exploração e da opressão uma parte considerável de camponeses acabava por revelar e se rebelar como forma de resistência.

Como frisamos anteriormente, o conformismo e a resistência devem ser compreendidos a partir de uma ambigüidade e não de uma dicotomia, ou seja, partes separadas.

Se por um lado, em alguns momentos foram registrados casos explícitos de submissão e conformismo, isso se deveu ao fato de, sabendo o rendeiro da falta de oportunidade para ter acesso à terra na sua Região, era, muitas vezes melhor manter-se conformado para utilizar de mecanismos de resistência desenvolvidos ao longo da sua trajetória de experiência, encontrando oportunidade de sobrevivência nas brechas deixadas pelo sistema produtivo repressor e exploratório.

Não é necessário, pois, encontrar dispositivos de resistência explícitos, eles são utilizados das mais diversificadas formas, como mostra Marilena Chaui:

Esse episódio indica, por um lado, a aceitação ou o conformismo dos operários quanto à ilegalidade da greve ou a aceitação da legalidade vigente. Mas indica, por outro lado, a resistência contra ela. Não se trata de um movimento global de revolta para modificar a legislação trabalhista nem a legislação sindical (em outros casos isto acontecerá, evidentemente), mas de encontrar uma prática que torne impossível a aplicação da lei de repressão. (CHAUI, 1994: 45)<sup>21</sup>

Acredito que essa pesquisa possa ter contribuído com a desmitificação que atesta o sertanejo como por essência conformado, submisso, subalterno e pacato. Não pretendemos demonstrar uma atitude ingênua e determinista, revelando que o sertanejo se fez cangaceiro e messiânico pelas imposições do meio natural, mas através de um contexto revelador das experiências históricas e culturais, que possibilitou inferir novas táticas e mecanismos de resistência e conformismo para sua sobrevivência.

Desta forma, em outra oportunidade, de acordo com as possibilidades e disponibilidades poderemos aprofundar a nossa pesquisa trazendo para uma abordagem mais ampliada. É nossa intenção levar esse projeto de pesquisa a um âmbito mais aprofundado, uma busca por novos dizeres e saberes, a um trabalho mais elaborado e mais metucioso, uma pesquisa que possa contribuir ainda mais com a construção historiográfica da Região Semiárida nordestina.

---

<sup>21</sup> Sobre o episódio mencionado nessa citação, ver **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**, p. 44-45, Marilena Chaui.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia Econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina**. São Paulo – SP, 4ª Ed. Atlas, 1987

\_\_\_\_\_. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª Ed. rev. e aumentada - São Paulo: Cortez, 2005.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o Campo: Lutas, Organização, Contradições – Pernambuco 1962 – 1987**. Recife – PE: UFPE, 2003. Tese de Doutorado.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. Dourados, MS, v. 10/17, p. 55-67, Fronteiras, 2008.

CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo-SP, Ática, 1991.

CASTRO, Iná Elias. **O mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro – RJ, Bertrand Brasil, 1992

\_\_\_\_\_. **“Visibilidade da região e do regionalismo”**. In: LAVINAS, Lena ET ALLI (org). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O início da prisão**. Org. e Tradução Roberto Machado. Petrópolis – RJ, Vozes, 25ª Ed. 2002

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org. e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 17ª Ed. 1993.

GALLIZA, Diana Soares. **Modernização Sem Desenvolvimento na Paraíba: 1890 – 1930**. João Pessoa – PB, Idéia, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa – PB, Editora Universitária/UFPB, 1994.

HEIDRICH, A. **Fundamentos da Formação do Território Moderno**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo – SP, Brasiliense, 24ª Ed. 1942.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Rio de Janeiro – RJ, artemisa, 2ª Ed. 1970.

MOREIRA, Emilia; MOREIRA, Ivan Targino. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1997.

MORAES, Leandro Gonçalves. **Distrito São José às margens do desenvolvimento social e das ações políticas do município de Bom Jesus – PB**. Cajazeiras – PB, 2009, Monografia (Especialização em Geografia).

**Estruturação do Território Municipal Paraibano: na busca das origens**, In. Revista Cadernos do Logepa – série texto didático, ano 2, número 4, jul/dez de 2003 – ISSN 1677 1125.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Umbelino Ariosvaldo. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo – SP, FFLCH, 2007, 184p.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos Assentamentos Rurais**. João Pessoa – PB: Idéia/Editora Universitaria, 2009. 214 p.: Il.

RATZEL, F. **El Territorio, la sociedad y el Estado**. MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das ligas camponesas**. Campinas-SP, UNICAMP, 2000, Dissertação de Mestrado.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: Memórias, Políticas Públicas e Educação Patrimonial**. João Pessoa – PB: UFPB, 2010, Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. –(Coleção/ Milton Santos)

SILVA, Laurijane Marcia G; et.al. **Estruturação do Território Municipal Paraibano: na busca das origens**. **Cadernos do LOGEPA**, série textos didáticos – nº 02. João Pessoa, ano 2002.

SILVA, José Graziano. **O Que é Questão Agrária**. 16ª Ed. São Paulo – SP, Brasiliense, 1990.

**ANEXO - A****Questionário aberto:**

- 1- O senhor(a) já possuiu terras?
- 2- Para quem o senhor(a) trabalhou?
- 3- Que produtos eram cultivados?
- 4- Como era feito o acordo entre as partes pelo uso da terra?
- 5- Com esse tipo de atividade, como era que o senhor(a) conseguia manter-se?
- 6- Havia sempre saldo ou vocês permaneciam endividados para o próximo ano?
- 7- Ao que o senhor(a) atribui esse saldo no final de cada ano?
- 8- Como era a relação entre vocês (agricultores) e o patrão (proprietário)?
- 9- O senhor acha que era explorado? Como vocês se comportavam diante da exploração? (se houver afirmativa de exploração)
- 10- O senhor(a) já ouviu falar em “Ligas Camponesas” e Reforma Agrária”?

**Entrevista com Proprietários:**

- 1- O senhor possui terras?
- 2- Como o senhor conseguiu?
- 3- Que produtos eram cultivados?
- 4- Como era feito o acordo entre as partes pelo uso da terra?
- 5- O senhor acha que aquela cobrança de renda pelo uso terra era justa?
- 6- Com relação ao fornecimento de produtos no “barracão” e a compra do algodão, o senhor acha que havia abuso no preço dos produtos que eram fornecidos e desvalorização do trabalho do rendeiro?
- 7- O senhor acha que eles eram satisfeitos?
- 8- Como era a convivência com os camponeses?
- 9- Algum camponês contestava a situação dele e as posses do senhor?

## ANEXO - B

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CAJAZEIRAS PARAIBA**

**FICHA DE ASSOCIADO** *2ª VELA* Nº 1117

Nome FRANCISCO DIAS CARLOS

Filiação JOSE DIAS FILHO E SANTINA MARIA DA CONCEIÇÃO

Est. Civil CASADO Naturalidade PARAIBANO

Nacionalidade BRASILEIRO

Local onde reside SITIO MORADA NOVA- BON JESUS PB.

Carteira Profissional n.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ C. Reservista \_\_\_\_\_

T. Eleitoral n.º \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ Zona \_\_\_\_\_ Inscrito no Sind em 25 / 8 / 19 69

Outras associações a qua pertence: \_\_\_\_\_

Data do nascimento 14 / II / 27

Trabalha para: Si proprio

Local onde trabalha: Nomesmo sitio Desde quando? 1960

Sabe ler: Sim Instrução \_\_\_\_\_

Nome da esposa(o) CARMELITA FRANCISCA DIAS

Filhos: \_\_\_\_\_

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Hospitalar \_\_\_\_\_ Quantos estudam \_\_\_\_\_

A Maternidade \_\_\_\_\_ Dentária \_\_\_\_\_

Funerária \_\_\_\_\_ Jurídica \_\_\_\_\_

Auxílio Diversos \_\_\_\_\_ Farmac. \_\_\_\_\_

Médico Ambulatorial \_\_\_\_\_

*Rajoberto Soares de F.*  
PRESIDENTE

